



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

Tema:

**Avaliação do Associativismo Agrícola no Desenvolvimento da Economia Local
no Distrito Municipal Kamavota 2006:2013**

**Caso das associações agrícolas Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás
Sankara**

Licenciatura em Economia Agrária

Autor: Santos Simião Manhiça

Vilankulo, Maio de 2015

Autor: Santos Simião Manhiça

Tema:

**Avaliação do Associativismo Agrícola no Desenvolvimento da Economia Local
no Distrito Municipal Kamavota 2006:2013**

**Caso das associações agrícolas Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás
Sankara**

Universidade Eduardo Mondlane

Escola Superior de Desenvolvimento Rural

Departamento de Sociologia Agrária

Licenciatura em Economia Agrária

Trabalho de Culminação de Curso

Supervisor: dr. Justino Hilário

Vilankulo, Maio de 2015

Declaração

Declaro em minha honra que este relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia e nunca foi apresentado noutra instituição para obtenção de qualquer grau académico

O candidato

Vilankulo, aos ___ de _____ de 2015

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Simião Jóssias Manhiça e Mónica Francisco Vilanculos e irmãos: Custódio, Vitorino, Horquidia, Rosa

Agradecimentos

Agradeço a Deus que me iluminou e me concedeu a sua força de forma incondicional durante a minha formação. Agradeço os meus pais e irmãos pelo apoio material e moral que me deram em todo período da minha formação como pessoa e como académico.

Os meus agradecimentos também vão a todos docentes que empenharam suas forças para que o sonho de muitos e em particular do meu tornasse uma realidade e o especial agradecimento vai ao meu supervisor dr. Justino Hilário pela paciência e compreensão no acompanhamento do meu trabalho.

Endereço o meu muito obrigado a todos colegas do meu curso e em especial a Génia Raimundo Mussengue, Osvaldo Zacarias Tomás, Efraime Jacinto Zandamela, Felipe Simone Chambela, Idécio José Marrengula, Ilídio Joaquim, Arlindo Malate e Jaime Alberto Marcelino de Souza.

Estendo o meu agradecimento a todos meus amigos que me apoiaram de forma directa e indirecta nos meus estudos.

O meu muito obrigado é extensivo a todos agricultores das associações agrícolas Massacre de Mbuzine e Associação de Camponeses Tomas Sankara pela colaboração concedida.

Lista de Abreviaturas

AAMM: Associação Agrícola Massacre de Mbuzine

ACTS: Associação de Camponeses Tomás Sankara

CGR: Crescimento Geométrico do Rendimento

DUAT: Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

IDESAM: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

IIAM: Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

NMP: Número de Membros que Participam Activamente

NTMA: Número Total dos Membros da Associação

ONG, s: Organizações Não Governamentais

PDEA: Plano Director de Extensão Agrária.

PARP: Plano de Acção para Redução da Pobreza

PNISA: Plano Nacional de Investimento do sector Agrário

PQG: Plano Quinquenal do Governo

RMAA: Rendimento Médio Anual por Associado

Rmia: Rendimento Mínimo Anual

Rmaa: Rendimento Máximo Anual

UEM: Universidade Eduardo Mondlane

%MPA: Percentagem dos Membros que Participam Activamente

Lista de Gráficos, Apêndices e Anexos

Conteúdos	Pag.
Gráfico 1: Tendência de PE nas AAMM e ACTS.....	37
Gráfico 2: evolução do rendimento médio dos agricultores da associação agrícola Massacre de Mbuzine.....	41
Gráfico 3: evolução do rendimento médio dos agricultores da associação de camponeses Tomás Sankara.....	42
Gráfico 4: Relação entre RMA/ano da AAMM e ACTM.....	43
Apêndice 1: Tabela de uso de métodos de controlo de pragas e doenças e nível de incidência	I
Apêndice 2: participação económica das AAMM e ACTS.....	I
Apêndice 3: Rendimento médio anual da Associação Massacre de Mbuzine	I
Apêndice 4: A Rendimento médio anual da Associação de camponeses Tomás Sankara.....	II
Apêndice 5: Relação entre o rendimento médio anual da AAMM e ACTS (Associação agrícola Massacre de Mbuzine	III
Apêndice 7: Tabela estatística para a determinação.....	IV
Apêndice 8: Questionário	V
Anexo 1: Mapa da área de.....	VI

Resumo

A busca de acções que vislumbrem concretizar interesses comuns capazes de promover o desenvolvimento socioeconómico através de práticas associativas vem se perpetuando ao longo dos tempos. Por isso, a compreensão do processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos que retratam o tema (CANTERLE, 2004). A presente pesquisa de campo pretende avaliar o associativismo agrícola no desenvolvimento da Economia Local no Distrito Municipal Kamavota levado ao cabo pelas associações agrícola Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás Sankara. Realizada a pesquisa de campo sobre Avaliação do associativismo agrícola no desenvolvimento da Economia Local no Distrito Municipal Kamavota no período de 2006 à 2013, concluiu-se que apesar dos diversos factores que constroem o associativismo agrícola, ele tem um papel muito positivo pois os agricultores com os rendimentos provenientes das actividades agrícolas conseguem suprir as necessidades básicas dos seus agregados familiares. A renda mínima que se registou na Associação Agrícola Massacre de Mbuzine foi de 52.500,00 meticais e rendimento médio máximo foi de 136.500,00 meticais no último ano e um crescimento geométrico foi de 12,68%. Associação de Camponeses Tomás Sankara teve uma renda mínima de 45.000,00 meticais e máximo de 115.000,00 e a sua taxa de crescimento geométrico foi de 9,05%. A Associação Agrícola Massacre de Mbuzine foi eficaz comparada com outra a associação em estudo. O teste t *Student*, a um nível de significância de 5% mostrou que as duas associações influem significativamente na renda dos agricultores e impulsionam o desenvolvimento local.

Palavras-chave:

Desenvolvimento da Economia Local, Associativismo Agrícola e Associações Agrícolas.

Índice Geral

Conteúdo	pag.
Introdução.....	1
Problematização.....	2
Justificação da escolha do tema.....	3
Objectivos.....	4
Geral	4
Específicos.....	4
Hipóteses	4
Fundamentação Teórica.....	5
Contextualização do associativismo agrícola	5
Conceptualização do associativismo	5
Instrumento legal e institucional do associativismo Agrícola em Moçambique	6
Princípios e características do associativismo.....	8
Métodos de contenção de Riscos agrícolas	10
Métodos de controlo de pragas e doenças	11
Controlo integrado de pragas.....	11
Controlo Biológico	11
Controlo Cultural	12
Controlo Químico.....	12
Vantagens e desvantagens de uso de pesticidas	13
Estratégias do Governo e Organizações não Governamentais no apoio ao associativismo agrícola em Moçambique.	13
Papel do associativismo agrícola no fortalecimento da economia Local	16
Metodologia.....	23
Caracterização geográfica da área de estudo.....	23
Caracterização geográfica e divisão administrativa	23
Métodos de pesquisa.....	26
Definição do Tamanho da Amostra.....	27
Técnicas de Colecta de Dados	28

Análise de dados.....	28
Constrangimentos	30
Resultados e Discussão de Dados.....	31
Métodos de controlo de riscos usados pelas associações agrícolas no distrito Municipal Kamavota.....	31
Métodos adoptados pela associação Agrícola Massacre de Mbuzine e Associação de camponeses Tomás Sankara para contenção de riscos Agrícolas	31
Papel do governo local no fortalecimento do Associativismo Agrícola no Distrito Municipal Kamavota.....	33
Papel do associativismo agrícola no fortalecimento da economia local no distrito Municipal Kamavota.....	35
Formas de participação no associativismo agrícola	35
Sustentabilidade.....	37
Associativismo agrícola e seus parceiros no fortalecimento da economia local	39
Desempenho económico das associações agrícolas Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás Sankara	40
Conclusões e Recomendações	45
Conclusões.....	45
Recomendações	46
As associações agrícolas recomendam-se os seguintes pontos	47
Ao governo local do distrito Municipal Kamavota e organizações não governamentais recomenda-se o seguinte.....	47
Para as instituições de ensino sugere-se o seguinte.....	47
Referencias Bibliográficas.....	48

1. Introdução

A busca de acções que vislumbrem concretizar interesses comuns capazes de promover o desenvolvimento socioeconómico através de práticas associativas vem se perpetuando ao longo dos tempos. Por isso, a compreensão do processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos que retratam o tema (CANTERLE, 2004).

Neste âmbito o associativismo agrícola deve ser protagonista no apoio a formulação e implementação de políticas e estratégias de interesse público. Cabe à Associação um relevante papel no desenvolvimento económico da região, como principal órgão representativo das iniciativas locais. Assim, é importante que ele garanta, por um lado, estar presente em todos os conselhos e iniciativas que planificam e implementam o desenvolvimento local e, por outro, que apresente competência na definição e implementação de propostas para alcançar este objectivo. A definição da forma de actuação e implementação de acções voltadas para o desenvolvimento deve ser feita a partir do perfil da localidade. O perfil é uma radiografia socioeconómica, estrutural e política dentro de um contexto regional. Sugere-se, como parte da aplicação do plano de desenvolvimento económico, a realização de um apanhado geral de informações sobre o local em estudo.

Avaliar do desempenho associativismo agrícola no Distrito Municipal Kamavota pode ajudar compreender as diferentes dinâmicas organizativas dos agricultores locais, as sinergias institucionais em presença, as capacidades endógenas a nível local, bem como os actores locais se organizam para impulsionarem o desenvolvimento local. Esta avaliação será feita com base nos indicadores socioeconómicos, como o nível da participação dos associados, nível de parceria, o crescimento do quadro social, impacto das associações agrícolas na comunidade, Rendimento médio anual por associado entre outros, (MENEGÁRIO, 2000). A escolha destes indicadores justifica-se pelo facto deles permitirem a compreensão da realidade do associativismo agrícola no que tange ao seu desempenho socioeconómico no local que se encontra inserido.

Feita a pesquisa de campo sobre desempenho do associativismo agrícola no processo de desenvolvimento da economia local no Distrito Municipal Kamavota no período de 2006 à 2013, verificou-se que apesar dos diversos factores que constroem o associativismo agrícola, ele tem um impacto muito positivo pois os agricultores com os rendimentos provenientes das actividades agrícolas conseguem suprir as necessidades básicas dos seus agregados familiares e constitui mais-valia pois alguns até chegam adquirir meios de transporte para o escoamento dos produtos assim como para uso pessoal. Associação Agrícola Massacre de Mbuzine mostrou-se mais eficaz em relação a associação de Camponeses Tomás Sankara.

Em termos da estrutura trabalho a presente pesquisa está dividido em cinco capítulos, onde no primeiro faz-se a introdução do tema, colocação do problema, justificativa do tema, objectivos do trabalho, hipóteses assim como a questão de partida na qual a pesquisa se orientou. No capítulo dois aborda-se as teorias que serviram de preceitos para materialização do trabalho. No capítulo três elaborou-se procedimentos metodológicos que nortearam a execução do trabalho assim como a localização, a caracterização físico-geográfica e socioeconómico da área de estudo. No quarto capítulo fez-se apresentação e discussão dos resultados obtidos no campo de forma comparativa entre as duas associações em estudo e com a literatura estudada e por fim fez-se a conclusão e as recomendações do trabalho.

1.1. Problematização

Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado as consequências do processo de mudanças políticas, económicas e sociais resultantes de um conjunto de transformações tais como a implementação da economia de mercado e da aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Um efeito importante destas políticas foi a reformulação do papel tradicional do Estado na provisão do bem-estar social e económico das comunidades, e a necessidade destas assumirem um novo papel na busca de alternativas que visam satisfazer as suas necessidades socioeconómicas. Com a aprovação e divulgação, em 1991, da lei nº 8/91, que regula o direito a livre associação, urna das alternativas que as comunidades locais têm desenvolvido para fazer face aos problemas que enfrentam e a sua organização em associações agrícolas. Estas, já foram reconhecidas par diversas instituições de promoção de desenvolvimento como sendo urna alavanca do desenvolvimento das comunidades locais, uma vez que absorve uma parte significativa população com baixo nível de escolaridade e

estimula o desenvolvimento através das relações que estabelecem com os diferentes circuitos económicos ou sociais que actuam localmente (VALA, 2002).

Partindo de pressuposto de que a maior parte da população que vive do associativismo agrícola no Distrito Municipal Kamavota é desempregada, com baixo nível escolaridade, dedica-se a produção agrícola organizada em associações agrícolas como forma de gerar renda, garantir segurança alimentar, aumentar prestígio socioeconómico e impulsionar desenvolvimento local, uma vez que não tem o acesso a um emprego formal surge a seguinte questão de partida:

Qual é o nível de desempenho do associativismo agrícola para o fortalecimento da economia das famílias membros das associações e que impulso tem ao desenvolvimento local?

1.2. Justificação da escolha do tema

Avaliar o desempenho do associativismo agrícola num país com grande peso da agricultura como Moçambique encontra sua justificação pelo papel que esta prática desempenha na organização dos camponeses e no desenvolvimento da economia local e mostrar a relevância do associativismo agrícola nas zonas peri-urbana pois a maior parte da população de baixa renda da cidade de Maputo reside nesta zona e dedica-se a produção agrícola e a maior parte de estudos virados a erradicação da pobreza apenas limitam-se no meio rural. A compreensão da relevância do associativismo agrícola no desenvolvimento local pode permitir que mais projectos de desenvolvimento local sejam direccionados a favor das associações agrícolas. Estes projectos podem permitir que os camponeses obtenham apoio em crédito, comercialização agrícola, segurança da posse de terra, extensão rural e capacitação sobre diversos assuntos ligados a produção agrícola contribuindo para o aumento da sua capacidade produtiva e para enfrentarem os diversos desafios que se colocam a produção e comercialização.

Falar do associativismo agrícola nas suas diferentes dimensões pode permitir ter-se um conhecimento mais relevante da realidade camponesa, das suas dificuldades, das suas necessidades e ansiedades, estes pontos poderão servir de requisitos para o governo local no seu quadro de elaboração, implementação e monitoria de políticas e estratégias públicas de promoção de desenvolvimento local.

Para economia agrária o estudo de associativismo agrícola é relevante uma vez que permite captar as dinâmicas socioeconómicas das organizações, compreender a essência da interacção estabelecida entre os indivíduos no âmbito de desenvolvimento de projectos que visam estimular a economia família e consequentemente local, e a luz da teoria interpretar a realidade socioeconómica do meio peri-urbana.

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

- ✓ Avaliar o Desempenho social e económico do associativismo agrícola no Distrito Municipal Kamavota, no período de 2006 à 2013

1.3.2. Específicos

- ✓ Identificar métodos de gestão de risco agrícola desenvolvidos pelas associações agrícolas em estudo;
- ✓ Mencionar as estratégias do governo no apoio á associativismo agrícola no Distrito Municipal Kamavota;
- ✓ Comparar o contributo socioeconómico que as associações agrícolas Massacre de Mbuzine e Tomás Sankara tiveram no Distrito Municipal Kamavota

1.4. Hipóteses

H1: O associativismo agrícola tem um contributo muito significativo no que tange ao desenvolvimento da economia familiar assim como de desenvolvimento local.

H0: O associativismo agrícola não influi significativamente no desenvolvimento da economia familiar nem no desenvolvimento local apenas estas organizações se beneficiam de apoios de Governo e outros actores sociais.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Contextualização do associativismo agrícola

2.1.1. Conceptualização do associativismo

Refere-se associativismo a actividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma colectividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais, especificamente em relação as associações de pequenos agricultores (ALENCAR, 1997)

Define-se o associativismo como sendo as formas organizadas de acções colectivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias (SCHERER-WARREN, 2001),

De acordo com o IDESAM (2010), o Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de acções colectivas.

Dentre os três conceitos fundamentais do associativismo nota-se uma unanimidade no que concerne ao desenvolvimento colectivo das actividades e o facto de estas organizações defender os interesses comuns em beneficio dos seus membros. Porém para o desenvolvimento deste trabalho baseou-se do Alencar pelo facto de o seu conceito possuir uma especificidade que toca aos pequenos agricultores sendo o público-alvo da presente pesquisa.

CAMPOS (1999), considera a associação como uma organização autónoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades económicas e culturais comuns através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.

Segundo FERRINHO (2007), a associação é grupo de seres humanos que se organizam a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns (lucrativos ou não) participando de uma ou de outra função da vida social.

BONOTTO e R. C. TRALDI (2009), afirmam que associação, em um sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou sociedades jurídicas com objectivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objectivos.

Apesar de algumas diferenças que se verificam na conceptualização das associações verifica-se uma condição chave para que uma organização seja considerada associação que é a defesa de interesses comuns. Neste sentido a associação de camponeses pode ser considerado não só como um dispositivo que permite criar e compartilhar conhecimentos sobre actividades agrícolas de interesses para seus membros e para a organização, mas também permite aumentar a produtividade dos participantes, melhorando assim o seu nível de rendimento.

2.1.2. Instrumento legal e institucional do associativismo Agrícola em Moçambique

Segundo A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE, (2004), no seu artigo 78 nº 1 reconhece que as organizações sociais, como formas de associação com afinidades e interesses próprios, desempenham um papel de vital importância na promoção da democracia, na participação dos cidadãos na vida pública, e no seu nº 2 reconhece que as organizações sociais contribuem para a realização dos direitos e liberdade dos cidadãos bem como para a elevação da consciência individual e colectiva no cumprimento dos deveres cívicos.

De acordo com o DECRETO-LEI Nº 2/2006 DE 3 DE MAIO no seu artigo 2 as associações agrícolas são diversas formas de organização e de entre ajuda das comunidades, relacionadas com actividades agro-pecuárias. São também as organizações que sejam detentoras, a qualquer título, do direito que lhes assegure o uso e aproveitamento de terras nas áreas de exploração agrícolas Agro-pecuárias ou florestal entre outras directamente relacionadas.

De acordo com a CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE (2004), a questão de adesão livre, as associações está estabelecido no Artigo 52 da constituição da Republica como uma das liberdades básicas dos cidadãos. O artigo citado diz:

a) No seu nº 1 afirma que os cidadãos gozam de liberdade da associação;

b) No seu nº 2 diz que as organizações sociais e associações tem direito de prosseguir os seus fins, criar as instituições destinadas a alcançar os objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei.

VALÁ (2002), afirma que a legislação moçambicana sobre as associações é complexa para a situação concreta dos camponeses. O processo da constituição das associações é extremamente burocrático, moroso e oneroso, de tal forma que não se ajusta ao actual estágio de desenvolvimento do País, nem dos próprios produtores, de forma que estes possam cumprir o seu papel de dinamizador de iniciativas voluntárias em prol de desenvolvimento socioeconómico. Em virtude da complexidade da matéria legislativa sobre as associações agrícolas, aliadas a fraca capacidade dos camponeses em domina-la para o seu uso, tem havido necessidade de intervenção de certas instituições para apoiar os camponeses na sua organização colectiva.

De acordo com FOLIGE (2004), a legislação moçambicana específica a matéria do associativismo agrícola encontra-se omissa, sendo os únicos documentos legais vigentes a lei nº 9/79 e que está largamente inspirada nos princípios políticos centralistas do Estado socialista. Para além da má imagem deixada pelo conceito de cooperativas para as populações que viveram as cooperativas agrícolas na pós-independência, estes documentos já não se adaptam a constituição dos pequenos grupos de utentes associados com objectivos muito limitados como obtenção de crédito, aquisição de matéria produtiva, ou gestão de um canal de regadio.

No que diz respeito ao instrumento legal do associativismo agrícola em Moçambique os dois autores acima citados mostram-se unânimes ao dizer que o instrumento legal vigente no país não se adequa ao modelo actual de desenvolvimento económico assim como dos objectivos que levam os pequenos agricultores a se agruparem em pequenos grupos para atender seus interesses comuns.

2.1.3. Princípios e características do associativismo

Para que o associativismo seja viabilizado, SOUZA (1995), assinala que deve-se observar três princípios fundamentais (1) a definição apurada e sistemática de interesses comuns; (2) o respeito às limitações e possibilidades de cada um; e (3) o aprofundamento e avaliação constante da prática participativa, pois associar-se significam estar junto para criar uma nova realidade e não simplesmente para buscar benefícios de projectos governamentais.

Segundo SOUZA (1995), as realizações de uma associação de sucesso também devem transitar entre questões de curto prazo (comercialização conjunta, produção de sementes, divisão equitativa de terrenos etc.) e de longo prazo ou estratégicas (conservação do solo, cursos diversos, seminários, encontros etc.) Além das realizações, os aspectos de participação e intervenção devem merecer atenção especial, pois são factores de significativa importância para a formação e consolidação de um forte grupo associativo.

De acordo com o IDESAM (2010), o associativismo repousa sobre seguintes princípios fundamentais: As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, geridas democraticamente pelos membros através de deliberação em assembleia-geral, os sócios contribuem de forma justa, podendo entrar em acordo operacional com outras entidades, proporcionam educação e formação aos seus membros, os dirigentes eleitos devem contribuir efectivamente para o seu desenvolvimento da comunidade e trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros.

FONSECA (1998), após analisar vários trabalhos relacionados a organização de produtores rurais, destaca quatro problemas que são mais comuns para o insucesso de muitas organizações associativas: (1) falta de participação dos interessados, decorrente da imposição das formas associativistas por agentes intervencionistas; (2) o exercício de poder pelos líderes; (3) a falta de avaliação das acções, uma vez que os produtores não são ouvidos, pois é dificultada a participação dos associados nas decisões; (4) a falta de acções concretas que busquem contribuir para a solução de tais problemas.

Apesar das diferenças que se notam na definição dos princípios do associativismo por parte dos autores acima referenciados, eles estão de acordo com a questão de autonomia de independência, participação económica dos membros bem definidos de acordo com as suas capacidades e a defesa de interesses comuns mas importa salientar que Fonseca aparece com os pontos que inviabilizam os princípios referidos por SOUZA e IDESAM.

Segundo BONOTTO E TRALDI (2009) & IDESAM (2010), a associação é caracterizada como uma pessoa jurídica formada pela união de pessoas que se organizam para realização de actividades não económicas, ou seja, sem finalidades lucrativas. Nessas entidades, o factor preponderante são as pessoas que as compõem. É entidade de direito privado e não público. Defesa e promoção dos interesses das pessoas (físicas e/ou jurídicas) que a constituíram. Por seus princípios doutrinários as associações se baseiam na autogestão. Por meio de assembleia-geral dos sócios, são definidas as políticas e linhas de acção da instituição, bem como se elege uma directoria que será responsável pela administração da associação. O património é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, não remuneram seus dirigentes nem distribuem sobras entre seus associados, conforme princípio das instituições sem fins lucrativos, são mantidas por meio da contribuição dos sócios ou de cobrança pelos serviços prestados; contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; doações, legados e heranças; rendimentos de aplicações de seus activos financeiros e outros, pertinentes ao património sob a sua administração; recebimento de direitos autorais; podendo realizar operações financeiras e bancárias, porém as sobras de operações financeiras devem ser aplicadas na associação, os dirigentes podem representar a associação em acções colectivas de seu interesse; possui um sistema de escrituração contábil simplificada.

IDESAM (2012), diz os outros os aspectos fundamentais que caracterizam associações são formadas por grupos de vizinhos que, pela proximidade e conhecimento, se agrupam para discutir problemas comuns. Ao buscarem soluções em conjunto, evoluem para decisões mais definitivas, aperfeiçoando a parceira, inicialmente informal, para uma forma de união organizada e associativa, onde terão maiores oportunidades de sucesso. Para tanto, a participação democrática e a ajuda mútua são os princípios fundamentais, sem os quais as associações perdem sua razão de existir, já que defendem os interesses e anseios da maioria. Antes ocorria como uma acção eventual de colaboração entre amigos e transforma-se num

método, os membros da associação passam a trabalhar juntos e/ou de forma complementar, tanto na fase produtiva como na comercial.

Os dois autores acima citados mostram maior convergência no que tange as características que devem reger uma associação agrícola no seu funcionamento e no desencadeamento das actividades quotidianas. Para o desenvolvimento deste trabalho basear-se-á nas duas visões visto que se complementam.

2.2. Métodos de contenção de Riscos agrícolas

De acordo com SEPULCRI (2014), risco na agricultura é a variação não antecipada na produtividade e renda, em função de factores climáticos e/ou biológicos, riscos associados a variações não antecipadas de preços (mercado), riscos associados a ferimentos e problemas de saúde do trabalhador rural, acidentes e contaminação.

BURGO (2005), afirma que as incertezas imprimem, geram e implicam em riscos associados à probabilidade da ocorrência de resultados indesejáveis ou adversos para determinados eventos e fenómenos. Desta forma, o processo de tomada de decisão pode ser influenciado por incertezas. Nesta onda de raciocínio SEPULCRI (2014), afirma que a gestão de riscos preocupa-se com a análise e a selecção de alternativas para reduzir os efeitos que podem ser ocasionados pelos tipos de riscos existentes. Requer a administração, a avaliação e o entendimento dos riscos a serem geridos, dos retornos esperados e outras variáveis.

Segundo SAMPAIO (1999), a protecção contra a incerteza deve começar desde logo com uma planificação adequado das opções culturais, escolhendo produtos/variedades adequadas as condições edafo - climáticas das regiões onde se vão desenvolver e, portanto, menos susceptíveis de serem afectados pelos acidentes climáticos que possam ocorrer. Por outro lado, uma empresa que dependa apenas de um único produto encontra-se hoje mais exposta a determinada tipos de risco do que uma empresa que desenvolva várias actividades. Da mesma forma, produtos com ciclos de exploração curtos podem induzir uma diminuição de risco. Sempre que possível e economicamente justificável, a diversificação traduz-se numa forma de protecção do risco.

A presente pesquisa limitou-se apenas no estudo de métodos de gestão de riscos agrícolas de origem biológica (pragas e doenças).

2.2.1. Métodos de controlo de pragas e doenças

2.2.1.1. Controlo integrado de pragas

De acordo com DENT (1995), a agricultura está em constantes mudanças para responder as necessidades da sociedade. Essas mudanças têm contribuído para a intensificação gradual da produção em muitos países. Assim, os problemas destes pesticidas persistentes, surtos de pragas secundárias, redução de hospedeiros resistentes bem como a poluição ambiental e outros riscos que resultam da intensificação da agricultura, põem os cientistas da protecção vegetal e de outras áreas preocupados em busca de medidas e alternativas sustentáveis, sendo assim a solução para muitos cientistas modernos baseia-se no manuseio integrado de pragas. Este é considerado um sistema no contexto socioeconómico das explorações agrícolas, associado ao ambiente e dinâmica populacional das pragas, utilizando técnicas modernas que mantêm a população de pragas abaixo dos níveis que causam danos económicos. O Manuseio integrado de pragas é muitas vezes considerado como combinação de métodos de controlo que pode ser atingido através de uma forte coordenação.

Segundo SEGEREN (1996), diz que cada um dos métodos sozinho não é capaz de resolver os problemas fitossanitários, mas por aplicação conjunta de todos os métodos, pode se alcançar um resultado que não é apenas mais seguro tanto para o aplicador como para a cultura e o meio ambiente, mas também mais económico.

2.2.1.2. Controlo Biológico

Segundo SEGEREN (1996), o controlo biológico consiste em aproveitar a acção dos inimigos naturais ou agentes de controlo biológico pelo Homem, com objectivo de reduzir a população das pragas nas culturas

DENT (1995), defende que o uso de predadores, parasitóides e parasitas entomopatogénicos, nemátodos causam mortalidade das pragas, regula a população destas a níveis que não causam prejuízos económicos e aplicação deste método norteia-se com os seguintes princípios ecológicos:

- ✓ Um organismo vivo (agente de controlo biológico) pode ser usado para controlar outro organismo vivo.
- ✓ Para ser eficaz, o agente do controlo biológico deve ser específico para que não afecte outros organismos.

- ✓ Agentes de controlo biológico exercem tanto efeito directo como indirecto através das suas acções. Na acção directa pode atacar e matar a pragas. Na acção indirecta os agentes do controlo biológico enfraquecem os hospedeiros, que são incapazes de reproduzir no seu ritmo normal.
- ✓ Os inimigos naturais são organismos vivos que normalmente são encontrados no mesmo habitat com a praga alvo. São também designados de organismos benéficos.

2.2.1.3. Controlo Cultural

Segundo SEGEREN (1996), o controlo cultural consiste no emprego de medidas capazes de afectar a disponibilidade do alimento da praga. Normalmente é usado com objectivo de controlar as pragas e obter uma boa produtividade (garantir a qualidade e quantidade da produção). Destaca ainda entre tantas; 1) Preparação do solo; 2) Espaçamento adequado entre as plantas e densidade de plantio; 3) Profundidade de plantio; 4) Uso de sementes livres de pragas e doenças; 5) Época de sementeira adequada ou antecipar as datas de sementeira; 6) Manutenção de infestantes e destruição de restolhos ou restos de culturas no campo; 7) consociação e rotação de culturas.

2.2.1.4. Controlo Químico

Na visão de DENT (1995) & SEGEREN (1996), partindo de pressuposto de que as pragas, que mais danos causam as culturas são insectos e como forma de combater os agricultores recorrem aos pesticidas, há necessidade de conhecer a formulação, a toxicidade, modo de acção, intervalo de segurança assim como as outras características de grupo de insecticidas usados para o controlo de pragas. O uso de pesticidas em todas formas de pragas tem dominado a prática destas desde 1950, devido a sua eficácia, custos relativamente baixos, fácil uso e a sua versatilidade. Portanto, os vários pesticidas são: Insecticidas, fungicida, herbicidas e outros, são ainda componentes importantes para o produtor controlar as pragas.

2.2.1.4.1. Vantagens e desvantagens de uso de pesticidas

Segundo SEGEREN *et al.* (1994), os pesticidas quando bem empregues têm como vantagens o aumento do rendimento e “melhora a qualidade” dos produtos agrícolas. Contrariamente um emprego excessivo e irracional causa acidentes de intoxicação, desequilíbrio biológico no ecossistema condicionando deste modo, a morte ou destruição dos inimigos naturais, resistência das pragas aos pesticidas

De acordo com MELCOLM (1993), cerca de 30% da produção mundial de hortícolas, é perdida devido a ocorrência de pragas e doenças, constituindo uma das causas principais de rendimentos baixos. E 2/3 dessa produção é perdido somente por insectos, constituindo um dos factores bióticos mais importantes que causam danos e perdas nas culturas. As perdas causadas por pragas e doenças são elevados e relatados em todo mundo. A maior parte dos agricultores controlam as pragas e doenças de forma química, quer dizer, aplicando produtos fitossanitários. Assim, o uso de variedades tolerantes e de controlo cultural são práticas conhecidas por muitos camponeses mas não são muito praticadas.

Dentre os diferentes os métodos de controlo e pragas nota-se que o método de controlo químico é mais aplicado mundial, porem para o manuseio deste exige maior domínio no que respeita a sua aplicabilidade uma vez que, usa-se substâncias tóxicas que quando não controlado podem prejudicarem o produtor e o consumidor. É neste contexto que no desenvolvimento da presente pesquisa se concentrará mais na compreensão do relevo que método no controlo de pragas e doenças.

2.3. Estratégias do Governo e Organizações não Governamentais no apoio ao associativismo agrícola em Moçambique.

De acordo com PNISA 2013 -2017, a visão estabelecida para o sector agrário a médio/longo prazo é de desenvolver “um sector agrário próspero, competitivo equitativo e sustentável” cujo objectivo fundamental é contribuir para a segurança alimentar, a renda e rentabilidade dos produtores agrários e aumento da produção agrária orientada para o mercado, de forma rápida, competitiva e sustentável assente em 3 prioridades, nomeadamente a segurança alimentar e nutricional, a competitividade da produção nacional e maiores níveis de renda dos produtores, e o uso sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental. Desde modo, a visão assenta em 4 pilares estratégicos, que são: (i) Produtividade Agrária – referindo-se ao

aumento da produtividade, produção, competitividade na agricultura para a sua contribuição para uma dieta adequada; (ii) Acesso ao Mercado – através da melhoria dos serviços e infra-estruturas para maior acesso ao mercado e do quadro orientador do sector agrário conducente ao investimento agrário; (iii) Recursos Naturais em referência a utilização sustentável e aproveitamento integral dos recursos terra, água, florestas e fauna bravia; e (iv) Instituições – através do fortalecimento das organizações e instituições agrárias

Para o IDESAM (2012), o aperfeiçoamento do regime democrático exige do serviço público, cada vez mais qualificado, um intenso relacionamento com a sociedade civil organizada, que se mobiliza para conseguir soluções e, ao mesmo tempo, fazer valer os interesses nacionais. Para consolidação desse aperfeiçoamento democrático há muita coisa a ser feita como é o caso de educação cívica e palestras sobre o papel do estado, contudo é importante destacar que o ritmo desse processo será maior na medida em que a população se conscientize de que o Estado é público e, portanto, de responsabilidade de todos.

A intervenção do governo e ONG's, quando referente ao trabalho com comunidades, é uma acção praticada por agentes governamentais que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal acção se realiza (ALENCAR, 1995 & MIRANDA, 1998). A presença marcante dos extensionistas no processo associativo de produtores rurais, através de acompanhamento intenso e frequente às actividades da associação, é considerada por Miranda (1998:185), como um dos determinantes para a continuidade do grupo.

De acordo com PEREIRA (2007), a nível do Distrito Kamavota, a Casa Agrária e o Gabinete das zonas verdes são instituições que tem se empenhado na promoção do movimento associativo a nível local. Esta promoção traduz-se particularmente no apoio que estas instituições concedem as associações em questões de legalização das mesmas.

De acordo com RELATÓRIO ANUAL DE POBREZA (2005), as estratégias do Governo e organizações não governamentais no apoio ao associativismo agrícola consistem, entre vários aspectos no apoio em técnicas modernas de cultivo para o aumento da produção; aconselhamento para a prática de culturas de rendimento e de consumo; apoio na construção de celeiros; na reabilitação de regadios e acessos aos campos de cultivo e na distribuição de sementes.

De acordo com PDEA, (2007), As estratégias do governo no apoio ao associativismo agrícola como instrumento de desenvolvimento local repousam sobre muitos aspectos como a legislação de uso e aproveitamento de terra, apoio e orientação para se tornarem grupos de produção agrária sustentáveis e orientados para o mercado, com acesso equitativo e inclusivo aos benefícios por parte das mulheres e homens, seguindo interesses técnicos e comerciais comuns, assim como para interagir com os provedores de serviço público e comercial, e para se envolverem na provisão de serviços agrários junto do governo local. As actividades principais são: Transformação dos grupos de produtores em associações rentáveis, através do uso do conhecimento das ONGs; Formação na orientação para o negócio, administração e gestão financeira; Facilitação das ligações e do acesso a outras fontes de assistência, incluindo projectos afins, ligados às finanças rurais e à assistência para o desenvolvimento associativo e esquemas de ONGs para o melhoramento das culturas e da pecuária, e a apropriação; Preparação das associações para a provisão dos serviços agrários, incluindo a formação de indivíduos com aptidões para facilitadores dos outros grupos; e Provisão de financiamento limitado complementar na forma de doação para associações ou esquemas de desenvolvimento viáveis e bem fundamentados, onde outra fonte não se encontra disponível.

O governo local, assim como as ONG's, têm como estratégias para o apoio associativismo agrícola os seguintes aspectos: promoção de palestras sobre matéria de associativismo agrícola, capacitação dos agricultares em técnicas agrícolas melhoradas, assistência das actividades em todo ciclo produtivo, melhoramento das culturas, facilitação ao acesso a credito agrícola, fornecimento de insumos agrícolas, e criação de infra-estruturas básicas.

2.4. Papel do associativismo agrícola no fortalecimento da economia Local

De acordo com BUARQUE (1998), o Desenvolvimento é um processo endógeno registado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade explorando suas capacidades e potencialidades específicas.

Segundo JORGE (2012), o desenvolvimento é um processo cultural integrado e carregado de valores; engloba o ambiente natural, as relações sociais, a educação, produção, o consumo e o bem-estar pôs este processo deve ser mudança progressiva que conduz o benefício económico e social para todas as pessoas a diferentes níveis.

De acordo com HOLDCROFT (1978), o Desenvolvimento Local é um processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que a) envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas, b) promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re) solução de problemas comum à comunidade, e c) estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efectiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário.

O processo de desenvolvimento local implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, social, cultural, política e ambiental. “O desenvolvimento local (DL) é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro (MELO, 1998).

BRESSER PEREIRA (2006), aponta o desenvolvimento económico como um processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

Os diferentes conceitos de desenvolvimento tanto no sentido amplo como específicos no caso do desenvolvimento económico assim como local tomam em referência a questão de melhoria de vida como o aspecto fundamental para se conceituar o desenvolvimento a diferentes níveis de sociedade. Neste sentido não se pode falar de desenvolvimento sem olhar a qualidade de vida a nível local ou comunitário. Para o desenvolvimento deste trabalho irá se basear no conceito de HOLDCROFT, por este ser o mais adequado e possuir todos *inputs* necessários para a elaboração da presente pesquisa

De acordo com VALÁ (1996), participação é definida como um processo interactivo pelo qual se envolvem as pessoas em acções sociais, políticas e económicas relevantes, dando-lhes o poder de agir como sujeitos activos. A participação traduz-se no que VALÁ (1998), considera como um processo em que a população toma iniciativas e acções que são estimuladas pelo seu conhecimento, decisão e em que ela poderá influenciar. Isto pressupõe a criação de uma dinâmica do grupo, seja pelos próprios associados, seja pelos agentes externos que podem colocar á disposição os serviços de que aqueles necessitam.

Segundo SILVA (1995), parceria é um compromisso mútuo a longo prazo, para a cooperação, na base de visão comum de respeito e conhecimento mútuo das forcas e fraquezas de cada uma das partes. Os requisitos para um acordo de parceria são solidariedade mútua, colaboração prática, crescimento colectivo, respeito mútuo pelas diferenças, envolvimento activo beneficiários, contribuição de cada parte em função da sua capacidade, transparência de interesses de cada parte, ênfase no consenso, complementaridade de objectivos e metas a atingir.

De acordo PEREIRA (2007), impacto são resultados ou produtos provenientes de uma acção em benefício ou prejuízo de uma comunidade onde intervêm uma determinada organização.

BORDENAVE (1977), afirma que tratar da questão de desenvolvimento é um labor delicado e complexo, na medida que o desenvolvimento não é uma entidade concreta, com uma existência objectiva, como uma pedra ou uma pessoa, não é também um processo autónomo em si próprio independente, porque decorre de muitos outros fenómenos, tomados arbitrariamente como um todo.

VALÁ (1996), diz que o desenvolvimento local pode ser visto como um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem-estar. É fundamental um processo endógeno, que surge a partir do foro do interior da sociedade, definido de forma soberana a sua visão ou o seu projecto, contando inicialmente com próprias forças e só depois com forças dos que querem apoiar porque partilham dos seus problemas.

De acordo com JARA (1998), o Desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões económicas, sociais, políticas e técnicas. Fica cada vez mais claro o facto de que o desenvolvimento não é apenas um fenómeno económico. Trata-se de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais. No presente, quando fala-se de economias de mercado, abertas e descentralizadas, é preciso trabalhar a articulação e o envolvimento de todos os segmentos ou atores sociais na formulação e implementação de um projecto colectivo de desenvolvimento. Em outras palavras, não é a cooperativa ou a associação isolada que vai atingir condições de competitividade, elas devem ser criadas pelo município como um todo.

BROSE (1999:245), o desenvolvimento local deve ser um processo de mobilização de energias sociais, de recursos e potencialidades locais para a implementação de mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local, tendo como base a participação da sociedade no processo decisório.

As diferentes abordagens do desenvolvimento local discutidas pelos autores acima citados sustentam-se com base no diagrama abaixo descrito.

Diagrama das forças integradoras do desenvolvimento local



Fonte: GESPAR, 2005.

O Diagrama acima descrito procura evidenciar que a questão de desenvolvimento local não pode ser alcançada de forma isolada mas sim, as diferentes forças de motriz que actuam localmente devem interagir de modo a criar sinergias que vão remeter a comunidade em questão numa nova realidade de desenvolvimento. O capital social deve ser valorizado através da política de descentralização e serviços inovadores virado ao próprio homem, em simultâneo com o desenvolvimento do produto, o governo local deve-se fortalecer através de implantação de infra-estruturas de qualidade e instituições competentes capazes de responder a demanda da comunidade local e estabelecer parcerias com organizações motivadas a estimular o desenvolvimento sem por em causa a questão de sustentabilidade.

Desta feita, MIRANDA (1998), ressalta que, quando busca-se um processo associativo como alternativa para o desenvolvimento local, os factores individuais devem ser trabalhados pela intervenção, buscando formar um grupo que incorpore esses indivíduos com características menos propensas ao associativismo.

CANTERLE (2004), aponta o associativismo é uma questão primária para o potencial integral e o desenvolvimento local de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. Seguindo o mesmo raciocínio FRANTZ (2002), afirma que o processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes.

A organização dos pequenos agricultores em associações quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, entre outras, constitui-se em uma das formas mais viáveis de sustentação das pequenas unidades de produção, pois facilita aos produtores superarem a barreira da indivisibilidade dos factores chaves de produção, ao mesmo tempo que facilita a assistência técnica requerida e melhora o posicionamento nos sectores modernos da agricultura (MUENCHEN, 1996). Seguindo esta linha de pensamento, ALENCAR (1997), afirma que o associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade.

Em muitos casos a fonte para os produtores conseguirem capitalização e condições mínimas de sobrevivência está no auxílio da assistência técnica disponível, governamental e não-governamental, e no associativismo, FONSECA (1998). Através do grupo associativo pode-se melhorar os relacionamentos dos agricultores com o mercado e com a sociedade local, ao mesmo tempo que facilitar o processo produtivo. Neste sentido, estudando associações de produtores, MIRANDA (1998), verificou que os agricultores, após formarem um grupo associativo, passaram a relacionar-se com o mercado de forma conjunta, obtendo maior poder de barganha junto aos fornecedores de insumos.

A intervenção associativa pode assumir um carácter tutorial ou um carácter educativo. É tutorial, segundo ALENCAR (1995), quando a acção do agente externo é orientada no sentido de introduzir ideias previamente estabelecidas, sem que haja participação da população alva na formulação de tais ideias. Nesta perspectiva, é o agente externo que elabora os diagnósticos, identifica os problemas, escolhe os meios para solucioná-los, estabelece as estratégias de acção e avalia acções executadas. Cabe à população executar às acções prescritas. O intervencionismo de carácter educativo ocorre quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar os seus problemas, decidir colectivamente sobre as acções para solucioná-los, executar tais acções e avaliá-las, buscando, sempre que necessário, novas alternativas. Assim, o agente externo tem um papel educacional.

CAMPOS (1999), afirma que o objecto do associativismo agrícola situa-se no âmbito geral das actividades agrícolas e/ou de representação, defesa e promoção dos interesses sócio-agrários; a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrários; o aprovisionamento de factores, a assistência técnica e a prestação de serviços em geral, incluindo crédito; a dignificação e a valorização dos seus associados em ordem à melhoria dos rendimentos e à promoção dos direitos laborais.

Segundo FRANTZ (2012), o associativismo agrícola constitui uma alternativa necessária de viabilização das actividades económicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efectivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura colectiva das quais todos são beneficiários. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho económico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado.

De acordo com VALÁ (2002), as associações e/ou cooperativas agrícolas podem desenvolver um papel fundamental na: construção e gestão de infra-estruturas comunitária, prestação de serviços de extensão, assistência técnica e manutenção, organização da formação educacional e treino profissional, protecção do direito e uso de terra, da qualidade de solo e do meio ambiente, organização do acesso ao crédito e mobilização de recursos locais, públicos e externos etc. As vantagens das associações agrícolas trazem mérito que permite aos camponeses o apoio em crédito, comercialização, segurança da posse de terra, extensão rural e capacitação sobre diversos assuntos ligados a produção agrícola contribuindo para o aumento da sua capacidade produtiva e para enfrentarem os diversos desafios que se colocam a produção agrícola e comercialização,

As diferentes abordagens sobre o associativismo agrícola mostram que este é um dos instrumentos mais importante para o fortalecimento dos pequenos agricultores pois cria mecanismo de credibilidade destes nas diferentes dimensões sociais permitindo assim a melhoria na aquisição de apoios dos agentes externos em matéria de capacitação técnica produtiva, comercialização agrícola e de fornecimento de insumos agrícolas. As discussões teóricas estabelecidas até aqui sobre a importância do associativismo agrícola no âmbito desenvolvimento local seja ele social ou económico, evidenciam que primeiro, o desenvolvimento deve atingir o ser humano. O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e conseqüentemente, o local. Pois, o desenvolvimento local só pode ocorrer mediante a emergência da sustentabilidade do ser humano e do meio ambiente que está inserido.

3. Metodologia

3.1. Caracterização geográfica da área de estudo

3.1.1. Caracterização geográfica e divisão administrativa

O distrito Municipal Kamavota tem sua localização ao Norte da cidade de Maputo respectivamente ao longo do oceano indico e conta com 11 bairros nomeadamente Laulane, Albasine, Costa de Sol, Mahotas, 3 de Fevereiro, Ferroviário, Hulene A, Hulene B, Mavalane A, Mavalane B e F.P.L.M. É considerado o distrito com mais habitantes com uma população de 232.700 habitantes de acordo com censo de 2007.

Limites geográficos

Norte: Distrito de Marracuene, abrangendo bairro de Guava

Sul: Distrito Municipal Nº3 abrangendo os bairros polana caniço B e Maxaquene D

Litoral: baía de Maputo, ao da marginal, costa de sol e xefina

Noroeste: distrito municipal No 5 abrangendo os bairros Magoanine e Malhazine

No que tange a divisão administrativa, cada um dos bairros que integra o Distrito encontra-se dividido em círculos células e quarteirões, sendo a organização de base célula, onde a frente de cada encontra-se um Dinamizador dirigido por um secretário, coadjuvado por alguns membros responsáveis pelos assuntos sociais a nível do distrito.

Aspectos sócios económicos

A população que habita o distrito é constituída por pessoas de origem diversa sendo na sua maioria de origem tsonga. A maioria das unidades domesticas ao nível do distrito articula o trabalho assalariado, na sua maioria praticado pelos homens, os pequenos negócios no sector informal com as formas de trabalho na agricultura, sendo estes dois sectores praticados na maioria pelas mulheres. Contudo o contributo fundamental para o distrito encontra-se na prática de agricultura pois fornece parte dos recursos para subsistência necessária e aumenta o rendimento monetário de muitas famílias.

O Distrito é caracterizado pela presença de um vale que permite a agricultura de regadio e com sistema de rega por valas, poços, e furos, sendo as culturas predominantes couve, alface, tomate, repolho, abóbora, pepino, batata, cana doce e fruteiras como a papaieira, mangueira, destinadas tanto para o consumo familiar, assim para comercialização.

Embora o distrito localize-se na cintura da cidade de Maputo ainda carece de infra-estruturas básicas sociais e económicas (saúde, educação, empresas de processamento, armazéns, mercados e outros).

Grande parte da área de habitação encontra-se não urbanizada, a ocupação do espaço é espontânea e na maior parte das vezes sem infra-estruturas ou equipamento social. As vias de acesso encontram-se danificadas devido a erosão causadas pelas chuvas, uma vez que não tem sistema de drenagem. Estes aspectos dificultam a deslocação das pessoas assim como de escoamento de produção agrícola e outras actividades económicas.

A água, sendo um recurso importante para a prática da agricultura, constitui um dos maiores problemas enfrentados a nível do distrito pois é fornecida de forma limitada a população na base de furos e fontenários, quer por fundos públicos assim como sector privado.

Solo

O solo é convencionalmente usado para categorias distintas: habitação, indústria, zonas verdes e outras finalidades. O distrito caracteriza-se pela existência de dois tipos de solos: aluvial e arenoso e pela sua situação hidrológica particular com dois lençóis de água, na superfície, e o lençol de água doce, alimentado pelas águas das chuvas e o lençol residual de infiltração das águas do mar.

Uma das grandes particularidades do Distrito está na importância da suas zonas verdes que distinguem o conjunto da periferia da cidade e que se dividem em:

Zonas verdes permanentes, considerados como sendo aquelas zonas aptas para a prática de agricultura, incluindo vales para a produção de hortícolas. O distrito tem 2250 hectares de zonas verdes permanentes.

Zonas verdes provisórias são aquelas as que tem menor aptidão para a prática de agricultura, para as quais se prevê a médio e longo prazo outras finalidades.

Relevo

O relevo do distrito é caracterizado por uma zona costeira plana, com dunas junto à praia, e terras planas alagáveis, até a encosta paralela à orla Marítima, elevando se até 60m acima do nível do mar, nas faixas planálticas separadas por depressões naturais.

Variações climáticas e flutuações do nível do mar determinam a existência de dunas interiores, dunas costeiras aluviões e planícies. Nas dunas do interior predominam os solos arenosos de fraca qualidade, terras vermelhas ou cinzentas e nas dunas costeiras as terras cinzentas ou brancas. Nas planícies, o lençol freático doce encontra-se bastante fundo enquanto, nas zonas costeiras, o lençol freático salgado encontra-se debaixo de um lençol doce muito superficial.

Na planície predominam os solos cinzentos e os subsolos pretos argilosos, de boa fertilidade, estes são os mais propícios para a agricultura, visto o lençol freático doce ficar mais próximo da superfície. Nas zonas baixas, junto a costa os solos contém elevada salinidades, devido ao fraco declive, as depressões e a má drenagem, há uma tendência para inundações, estas zonas não permitem a pratica de agricultura.

Clima

Em termos climáticos, o Distrito caracteriza-se por estações distintos: uma estação fresca e seca entre Maio e Setembro com temperaturas médias diurnas e nocturnas de 15 e 12 graus centígrados, e outra estação quente e chuvosas de Outubro à Março com temperaturas médias entre 18 e 30 graus centígrados. Nesta última, embora há maior incidência de chuvas, elas são muito irregulares, surgindo um constante défice de água ao longo do ano, criando desta forma constrangimentos para a prática de agricultura.

3.2. Métodos de pesquisa

Para a efectivação do presente trabalho fez-se uma pesquisa de campo que consistiu na observação de fatos e fenómenos tal como ocorrem espontaneamente. O objectivo da pesquisa de campo é conseguir informações e/ou conhecimentos (dados) acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta (MARCONI & LAKATOS, 1996).

As fases da pesquisa de campo requerem a realização de uma pesquisa bibliográfica. Esta permitiu que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, que auxiliou na elaboração do plano geral da pesquisa. Neste caso consultou-se bibliografias sobre temas como associativismo agrícola em Moçambique, estratégias de governo e organizações não governamentais no apoio ao associativismo agrícola, gestão de organizações sem fins lucrativos, métodos de prevenção contra riscos agrícolas, papel do associativismo agrícola na erradicação da pobreza, desenvolvimento local etc. Esta pesquisa foi feita na biblioteca Brasão Mazula da UEM e em bibliotecas virtuais de diferentes instituições e organizações através da pesquisa na Internet.

Para a efectivação da presente pesquisa valorizou-se tanto as fontes de informação primárias assim como as secundárias nomeadamente: documentos publicados e não publicados, dissertações, livros, monografias, teses, relatórios com relevância para o tema, legislação, entre outros. Foi igualmente feito inquérito, com pessoas especializadas na área em estudo, membros das associações em estudo, membros da Casa Agrária das Mahotas entre outros agentes envolvidos no processo de desenvolvimento do associativismo na área de estudo.

A natureza dos Objectivos estabelecidos requereu a aplicação de métodos quantitativos em combinação com métodos qualitativos de investigação. Os dois métodos são usados concomitantemente, com a intenção de complementaridade entre eles. As conexões entre os dois componentes (qualitativo e quantitativo) são feitas na análise dos resultados, para trazer maior *insight* sobre a pesquisa. De acordo com LAKATOS & MARCONI (1999), os métodos mistos originam um “valor agregado” nas pesquisas. O trabalho de campo consistirá na observação indirecta e observação não participante. A aplicação destes dois métodos será desenvolvida em coordenação com os presidentes das associações e com os extensionistas agrários que prestam assistência técnica as associações. A observação indirecta será feita através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, a informantes chaves, como é o caso dos presidentes

das associações e a directora da Casa Agrária distrito Kamavota e aos agricultores das duas associações que compõem o sector familiar associativo. O uso dos métodos quantitativo e qualitativo justifica-se pela natureza de objectivos assim como o tema em estudo exigirem uma quantificação assim como a qualificação na colecta de dados. Para o caso do método quantitativo no tratamento das informações vai se usar técnicas estatísticas objectivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de credibilidade.

3.3. Definição do Tamanho da Amostra

Existem dois tipos de amostra, uma amostra pode ser probabilística (casual), quando a escolha dos elementos da amostra é aleatória, ou não probabilística (não casual) quando a selecção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Não há nenhuma possibilidade conhecida de que um elemento qualquer da população venha a fazer parte da amostra” LAKATOS & MARCONI (1999). Tendo em conta os objectivos do trabalho e as limitações de diversa ordem que influenciaram no desenvolvimento do trabalho, houve uma preocupação por parte do autor em assegurar uma amostra suficientemente representativa, para retratar as variações significativas dentro do sector associativo e tirar algumas conclusões. As amostras serão escolhidas com base numa escolha não aleatória intencional.

De acordo com (MARCONI & LAKATOS, 1996) para uma população total abaixo ou igual a 100 a amostra escolhida deve ser igual ou maior 15% sendo assim na associação de Massacre de Mbuzine foram entrevistado 15 agricultores numa população total de 82 membros, o mesmo autor diz que para uma população que superior 500 amostra representativa escolhida deve ser igual ou maior que 5%, neste caso na Associação Tomas Sankara foram inqueridos 40 agricultores num universo de 640 associados de diferentes blocos da parcela da associação. Para a determinação destas amostras recorreu-se a seguinte formula:

Formula para o cálculo do tamanho da amostra

$$AM = \frac{n}{N} * 100$$

3.4. Técnicas de Colecta de Dados

Na efectivação do presente trabalho privilegiou-se as entrevistas semi-estruturadas porque na compreensão do autor, estas permitem uma maior abertura no aprofundamento das perguntas feitas, pois de acordo com LAKATOS & MARCONI (1999), a maior liberdade aos interlocutores ajuda no desenvolvimento de cada situação em direcção que consideram correcta. Neste sentido a recolha de dados consistiu nos questionários, entrevistas e observação participante. A aplicação destes métodos foi desenvolvida em coordenação com os presidentes das associações e com os extensionistas agrários que prestam assistência técnica as associações. A Entrevista foi feita através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, a informantes chaves, como é o caso dos presidentes das associações, do chefe do Gabinete da direcção das cinturas verdes da cidade de Maputo delegação de Distrito Municipal Kamavota e aos agricultores das duas associações que compõem o sector familiar associativo.

Na última fase fez-se a elaboração do trabalho final, através da análise quantitativa descritiva de toda a informação recolhida no campo.

3.5. Análise de dados

As variáveis desta pesquisa são qualitativa e quantitativas descritivas e as medidas que serão analisadas no método quantitativo são as médias, coeficientes de *Pearson*, Taxa de crescimento geométrico e teste *T-student* porque estas medidas ajudaram a compreender de que forma cada a associação se comportou no período em estudo. O método escolhido para esta pesquisa é método de *survey* interseccional, pois de acordo com (ALAN BRYMAN, 1989:104) a pesquisa de *survey* interseccional implica a colecção de dados em um número de unidades e geralmente em um único intervalo de tempo, com uma visão para colectar sistematicamente um conjunto de dados qualificáveis e quantificáveis no que diz respeito a um número de variáveis que são então examinadas para discernir padrões de associação.

Para o efeito de análise de Dados efectuou-se o cálculo do rendimento médio por associado porque este ajuda entender o nível de desempenho económico auferido por cada agricultor em cada ano, com a seguinte fórmula (MENEGARIO, 2000).

$$RMAA = \frac{Rmia + Rmaa}{2} \qquad CGR = \left(\sqrt[8]{\frac{RMAA_{2013}}{RMAA_{2006}}} - 1 \right) * 100$$

Onde:

RMAA: Rendimento médio anual por associado

Rmia: Rendimento mínimo anual

Rmaa: Rendimento máximo anual

CGR: Crescimento geométrico do rendimento

Recorreu-se ao uso desta fórmula RMAA devido a inexistência de uma base de dados com toda informação pertinente a pesquisa

Para a análise de correlação do tempo e o rendimento dos associados recorreu a análise de regressão linear simples, porque esta auxiliará na compreensão da dinâmica ou comportamento do rendimento em relação a tempo que os associados mantiveram organizados em associações agrícolas.

Já para obter o resultado a respeito da participação activa dos membros recorreu-se a seguinte formula

$$\%MPA = \frac{NMPA}{NTMA} * 100$$

%MPA: percentagem dos membros que participam activamente

NMP: número de membros que participam activamente

NTMA: número total dos membros da Associação

Para a determinação de teste *t-student* e coeficiente de *pearson* recorreu se a tabela do Excel, as principais variáveis estudadas são rendimento médio anual por associado e o tempo que reflecte um conjunto de benefícios que decorreram nas associações para impulsionarem o rendimento dos agricultores no período estudado.

3.6. Constrangimentos

Durante a realização da presente pesquisa, constatou-se os seguintes constrangimentos:

- ✓ Dificuldade de prestar entrevista por estas entrevistas serem realizadas no período normal das actividades na associação, interrompimento constantemente e, alguns membros não aceitavam dar informação sem autorização do presidente e como forma de ultrapassar este problema, recorreu-se a capacidade de persuasão e criou-se confiança com os membros e a comunidade sem ter que atrapalhar o curso normal das suas actividades diárias;
- ✓ Outra dificuldade encontrada no terreno está relacionada com a base de dados porque as duas associações agrícolas não possuem nenhum arquivo de informação organizado, para ultrapassar esta dificuldade recorreu-se aos registos individuais dos agricultores mas estes também nem todos dispõem de uma base de dados.
- ✓ Outra dificuldade encontrada no terreno foi a desconfiança dos entrevistados, em relação a pesquisa uma vez que, ao apresentar e explicar o propósito, alguns membros mostravam-se pouco interessado e não queriam prestar declarações, alegando que estavam cansados daqueles procedimentos de recolha de informação porque não lhes traziam benefícios. Para ultrapassar este fenómeno foi necessário explicar o relevo de uma pesquisa académica e como poderia ser benéfico para os agricultores.

4. Resultados e Discussão de Dados

4.1. Métodos de controlo de riscos usados pelas associações agrícolas no distrito Municipal Kamavota

O assunto de superintendência de riscos dos agricultores merece, uma particular atenção, à profunda e densa matriz de riscos agrícolas com que estes se defrontam durante o desenvolvimento das actividades agrícolas nos diferentes espaços geográficos, seja por influência de aleatoriedades climáticas com forte impacto na produção agrícola ou por motivo de desarranjo na envolvente financeira e do próprio funcionamento dos mercados agrícolas

4.1.1. Métodos adoptados pela associação Agrícola Massacre de Mbuzine e Associação de camponeses Tomás Sankara para contenção de riscos Agrícolas

Os entrevistados da associação agrícola Massacre de Mbuzine disseram que a incidência de pragas em campos de produção de hortícolas provoca uma menor produtividade, que pode superar 50% da produção total nas culturas como Alface, Repolho e couve e os consultados na Associação de camponeses Tomás Sankara afirmaram que a perda da produtividade ronda nos 60%. Estes resultados mostram que a Associação Agrícola Massacre de Mbuzine possui maior capacidade de controlo de praga em relação a outra associação pelo facto desta, maior parte de agricultores possuírem um conhecimento técnico acima da outra associação, apesar das duas associação estarem abaixo da média mundial de perda de produtividade devido ao fraco controlo de praga e doença que situa nos 30% de acordo com o citado por MELCOLM (1993), esta fraca capacidade de controlo de praga e doenças está associado ao baixo conhecimento técnico dos agricultores, baixa assistência técnica por parte das instituições responsáveis pela assistência pois num universo aproximado à 9000 agricultores apenas são assistido de forma permanente por apenas seis (6) Extensionistas da Casa Agrária.

Os agricultores inquiridos na associação agrícola Massacre de Mbuzine e os Agricultores da Associação de camponeses Tomás Sankara afirmaram que os outros motivos do baixo controlo de praga e doenças estão associado a insuficiência de lojas de venda de insumos agrícolas principalmente os pesticidas, e ao elevado custo de pesticidas e outros insumos agrícolas nas lojas autorizadas pelo governo para a venda. Desta feita eles são obrigados a recorrerem aos vendedores ambulantes só que o inconveniente destes é de não possuir nenhum conhecimento técnico sobre a aplicação dos pesticidas.

Na associação Agrícola Massacre de Mbuzine verificou-se que todos agricultores usam o método de controlo químico, apesar de estes conhecer os outros métodos de controlo de pragas e doenças afirmam que não praticam porque não são rentáveis enquanto eles apostam com culturas que lhes oferecem maior rentabilidade (receita), porque o destino da produção deles é a comercialização. Os outros métodos praticados nesta associação são o método alternativo e o controlo natural. O Método químico tem uma prevalência de 95%, sendo os 5 % são repartidos pelos outros métodos que usam nesta Associação. Já na associação de Camponeses Tomás Sankara o método predominante é químico com um nível de cobertura 85%, sendo que os 15% são repartidos entres outros métodos. Importa ressaltar que nesta associação há um grupo de agricultores, apesar de ser minoria que não usa nenhum método de controlo em certas parcelas. Os outros métodos de controlo praticados nesta associação são o controlo natural, controlo alternativo e o controlo biológico sendo que este último método ainda está na fase experimental vide Apêndice 1.

De acordo com os dados recolhidos no campo verificou-se o método químico é mais usado nas duas associações agrícolas estando de acordo com o afirmado por MELCOLM (1993). Importa dizer que a associação agrícola Massacre de Mbuzine usa mais este método do que a outra associação sendo que também tem maior compreensão sobre o uso adequado de pesticída quando comparado com a outra associação e usa também pesticidas selectivos que não se verifica na Associação de camponeses Tomás Sankara. O método alternativo apenas é usado nas parcelas que produzem milho e mandioca. O controlo biológico é aplicado por pequeno grupo de agricultores da Associação de camponeses Tomás Sankara com um acompanhamento especial de técnico da Casa Agrária.

4.2. Papel do governo local no fortalecimento do Associativismo Agrícola no Distrito Municipal Kamavota

De acordo com os técnicos da Casa Agrária, o governo local no distrito Municipal Kamavota para o fortalecimento do associativismo agrícola, no que tange a legalização e acompanhamento técnico é representado pela Casa Agrária das Mahotas e o Gabinete das zonas verdes da cidade de Maputo estando deste modo de acordo com o citado por PEREIRA (2007), ao dizer que estas duas instituições amparam os agricultores do distrito Municipal Kamavota.

Os representantes do governo disseram também que o governo local tem um papel fundamental no que toca a estruturação dos agricultores, na orientação e apoio de agricultores para aquisição de DUAT, assim como a mobilização dos meios materiais e parcerias que possam imprimir uma nova dinâmica no que toca a consciencialização dos agricultores sobre o papel do estado assim como no desenvolvimento das suas actividades de forma ordeira e pacífica entres eles. Através de palestras são desenvolvidas actividades de educação cívica, assim como as mensagens difundidas pelos governantes a quando as suas visitas à estas associações são motivadoras e despertam aos agricultores um interesse de lutar contra a pobreza e impulsionar o desenvolvimento local. A Casa Agrária das Mahotas apoia todos agricultores com assistência técnica (disseminação de novas técnicas de produção), através dos seus Extensionistas, promovem palestras de capacitação aos agricultores para adopção e implementação de novas tecnologias, seus técnicos também fazem trabalho de campo permanente, distribuem sementes enxada, machado ancinho, etc. A Casa Agrária das Mahotas ainda dispõe de meios materiais como tractor para a lavoura e um camiã para o escoamento dos produtos dos agricultores, estas todas iniciativas estão de acordo com a ideia de MIRANDA (1998) e o prescrito no RELATÓRIO ANUAL DE POBREZA de 2005.

Na visão dos Agricultores da Associação Agrícola de Mbuzine, a Casa Agrária apenas distribuem insumos agrícolas no período de calamidades naturais, isto é, no período muito chuvoso ou muito seco e esses insumos agrícolas de distribuição gratuita são de baixa qualidade repercutindo assim na baixa produtividade dos agricultores. Por sua vez os Agricultores da associação de camponeses Tomás Sankara mostraram se indignado com o governo local pelo facto deste funcionar imparcialmente e favorecer sempre os membros da direcção, segundo eles os apoios do governo apenas abrangem um grupo muito restrito.

Questionado o governo a volta das inquietações levantadas pelos agricultores o governo local afirmou que trabalha de forma imparcial. A Casa agrária do distrito Municipal Kamavota esforça-se muito no apoio aos agricultores o que acontece é que ela dispõe de poucos meios por exemplo: tem um rácio de 1500 agricultores por extensionista, um tractor para 9000 agricultores e um meio de transporte para escoar produtos em todo o distrito. O governo local através dos grupos dinamizadores dos bairros acompanha a relação existente entre a comunidade local e as associações agrícolas sendo que estes grupos participam no que respeita a admissão dos membros das associações por confirmar a existência ou não da idoneidade do candidato ao membro da associação entre outros serviços prestados pelos grupos este comportamento está vinculado na constituição da república.

De acordo com os agricultores das ambas associações o distrito municipal Kamavota regista ainda um mercado agrícola muito deficiente na sua forma de funcionamento, sendo que localmente não existe um lugar específico para a venda dos produtos agrícolas, a produção colhida é vendida na machamba a grosso aos compradores e estes influenciam negativamente nos preços pelo facto de os agricultores não disporem-se de muitas alternativas porque as vias de acessos não são transitáveis principalmente no período chuvoso. A questão da produtividade neste distrito nestas duas associações é uma utopia devido á insuficiências de infra-estruturas básicas.

Os aspectos que fragilizam o papel do governo como garante de uso sustentável segundo os agricultores são conflitos de interesses de alguns dirigentes e algumas organizações pois os agricultores afirmam que muitas das vezes são sufocados por pessoas desconhecidas e alguns espaços são encaminhados para outros fins sem consentimento com os proprietários, as instituições agrárias não possui muita qualidade devido a falta de meios necessários para o desenvolvimento das actividades. Importa dizer estes pontos negativos rejeitam ou contrariam os objectivos prescritos nos dois documentos de Política e Estratégia do governo para o desenvolvimento (Programa Quinquenal do Governo, e Plano de Acção para a Redução da Pobreza).

4.3. Papel do associativismo agrícola no fortalecimento da economia local no distrito Municipal Kamavota

As associações são convocadas a se interessar pelos problemas da comunidade em que se inserem (CAMPOS, 1999). São os aspectos concretos da vida social, económica e até política das comunidades locais, portanto, o desenvolvimento local, constituem um impulso para a organização colectiva.

4.3.1. Formas de participação no associativismo agrícola

Acerca das organizações de camponeses SPERRY (1999), afirma que as associações são construídas na intersecção da sociedade global, como um meio para regular as relações entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais que compõem a comunidade local.

De acordo com os responsáveis da associação agrícola Massacre de Mbuzine, a associação trabalhou com 82 membros no ano de 2006 e uma média de um trabalhador por membro e no último ano de estudo tinha com 62 membros e uma média de (3) trabalhadores por membro no desenvolvimento das suas actividades. Neste período de estudo houve uma queda de membro na associação mais em termo de quadro social notou-se uma subida positiva. Por sua vez os inqueridos da associação de camponeses Tomás Sankara afirmaram que a associação teve uma média de 640 membros com uma média de (½) trabalhador por membro em tudo período. Esta constância justifica-se pelo facto da associação admitir sempre novos membros no caso de desistência de alguns.

FOLIGE (2004), afirma que ao nível das famílias existem relações de diferenciação de acordo com o género, ligadas à divisão sexual do trabalho. Os homens dedicam-se as actividades exteriores ou públicas, enquanto as mulheres cuidam das actividades privadas domésticas, às quais integra a agricultura.

Esta realidade de participação ao nível das duas associações agrícolas em estudo possui uma lógica de diferenciação social noutra vertente, pois os homens como as mulheres participam de igual modo na vida, fazem-se representar por si mesmos como membros activos e têm uma parcela individual na associação.

De acordo com os entrevistados das duas associações as diferenças de participação residem em dois pontos fundamentais: a nível de meios usados pelos camponeses no desenvolvimento das suas actividades e a dimensão da parcela de terra.

De acordo com os consultados nas duas associações, no que toca a gestão democrática de uma participação activa dos membros nas duas associações cada membro tem direito de um voto na assembleia-geral, isto revela claramente a natureza democrática que estas organizações assumem, noutra vertente a gestão democrática garante o direito de intervenção e de participação de todos os associados na vida da associação.

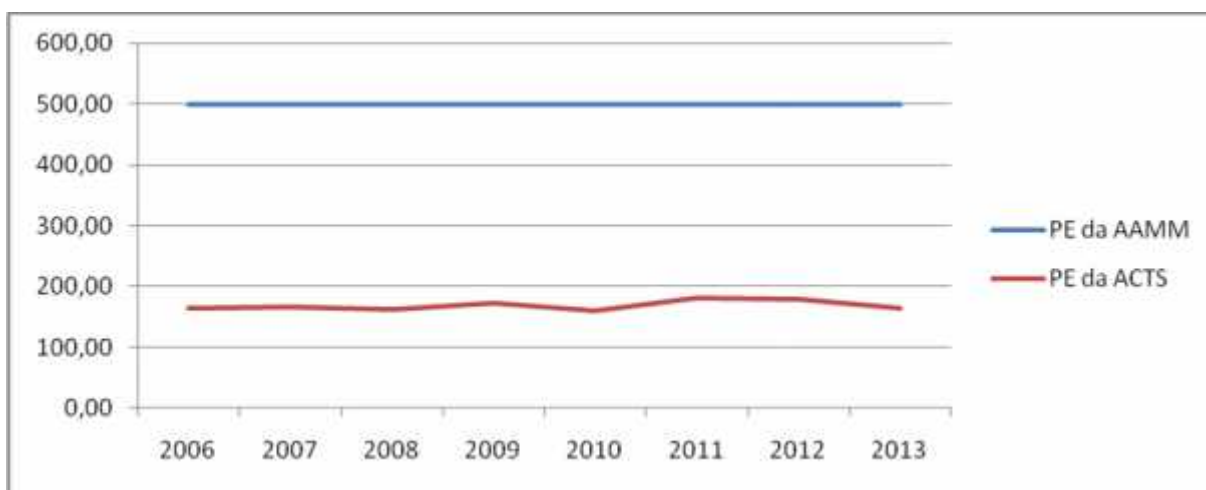
O estudo feito no terreno revelou que apesar do voto concedido a cada membro na assembleia-geral a maior parte dos membros não conhecem os seus direitos e suas obrigações como membros da associação é nesta óptica que nas duas associações os entrevistados limitavam-se muitas vezes a falar deles como agricultores individuais, o que de certa forma ficou claro que a questão da coesão social, solidariedade social, trabalho colectivo se encontram enfraquecidos nas associações agrícolas Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás Sankara.

A ausência da coesão social, solidariedade social e trabalho colectivo têm razão pelo facto destas associações agrícolas não estarem a criar mecanismo de alto-relevo no apoio aos camponeses no processo de produção, através do fornecimento de insumos agrícolas, meios de produção bem como na canalização de apoios, reflectindo-se deste modo numa fraca identificação destes com a sua própria organização. A única razão de envolvimento dos camponeses na vida associativa é a protecção e segurança da posse de terra. Importa também salientar que devido a esta falta de coesão social na associação agrícola de Mbuzine os agricultores encontram-se organizados em pequenos grupos de afinidades para aquisição de insumos agrícolas e na associação camponeses Tomás Sankara os agricultores agem de forma isolada e pouco participam das assembleias convocadas, por estes sentirem-se menosprezados pelos seus dirigentes. Na associação agrícola Massacre de Mbuzine apenas 20% dos membros participa de uma forma positiva nas diferentes actividades desenvolvidas pela associação e conhece os direitos assim como as suas obrigações como membros desta associação, já na associação Tomás Sankara apenas 5% participa activamente da vida associativa.

4.3.1.1. Sustentabilidade

Segundo FOLIGE (2004), sustentabilidade é o mecanismo que torna viável qualquer programa de uma acção associativa. Participação económica ou sustentável dos membros refere-se a capacidade da associação angariar recursos através dos seus associados capazes de manter o funcionamento e desenvolvimento de suas actividades sem recorrer ao apoio ou donativos dos agentes externos. O gráfico abaixo ilustra a participação económica nas duas associações em estudo.

4.3.1.1.1. Gráfico 1: Tendência de PE nas AAMM e ACTS



Fonte: Adaptado pelo autor

Como ilustra o gráfico acima descrito a participação económica dos membros da associação agrícola Massacre de Mbuzine superou o contributo dos membros da associação de camponeses Tomás Sankara em todo período. Os membros da associação de camponês Tomás Sankara para além de contribuir o valor de quota fixado em 120,00 meticais ao ano, associação possui machamba escola que serve como centro de aprendizagem e também traz benefício económico para o funcionamento da associação. Por sua vez a associação agrícola Massacre de Mbuzine usa machamba escola apenas para questões de aprendizagem e o valor de quota neste período de estudo estava fixado em 500,00 meticais ao ano. Os membros das duas associações não mostraram nenhuma preocupação quanto ao valor contribuído apenas afirmaram estarem indagados pelo facto de os seus dirigentes não usarem de forma clara e adequada os recursos que as associações dispõem vide apêndice 2.

Para além deste contributo anual os membros destas duas organizações disseram que no caso de uma necessidade urgente eles contribuem para adquirir os bens necessários, importando dizer que destas contribuições os entrevistados da associação Tomás Sankara afirmaram que a associação adquiriu um camião para o escoamento dos seus produtos mas existem enormes dificuldades para o uso deste meio quando chega hora, os dirigentes centralizam os meios da associação ou por outra este meio de transporte só beneficia os membros da direcção. Os membros da associação agrícola Massacre de Mbuzine adquiriram uma bomba de água e alguns tubos para montagem de sistema de rega, mas ainda não montaram o sistema porque a identidade que se responsabilizou para ajudar na instalação ainda não se pronunciou.

A baixa participação activa dos membros das associações agrícolas em estudo é reflexo da deficiência de organização interna, baixo nível de escolaridade e a falta de coordenação entre os membros directivos com os restantes membros da associação, pois estes agricultores participam de forma positiva nas suas áreas individuais.

Por estas razões apela-se aos camponeses assim como os atores sociais que intervêm no desenvolvimento destas associações agrícolas uma profunda reflexão sobre a participação na vida associativa como forma para o melhoramento e o funcionamento destas, bem como para a minimização dos problemas individuais pois como afirma FERRINHO (1978), a participação directa dos camponeses na vida da associação é uma condição essencial para a sustentabilidade e o bom funcionamento da mesma.

4.3.2. Associativismo agrícola e seus parceiros no fortalecimento da economia local

A associação agrícola Massacre de Mbuzine e a associação de camponeses Tomás Sankara não tem por si e nem actuam de uma forma isolada na sociedade tanto na sua funcionalidade conta com a ajuda de capital social adquirido da articulação e das sinergias que se estabelecem com outras organizações.

Segundo os inqueridos das duas associações, localmente as associações agrícolas em estudo estabelecem parcerias com a Casa Agrária das Mahotas e outras associações que actuam a nível do distrito. A Casa Agrária das Mahotas tem ajudado os agricultores principalmente com a capacitação técnica dos camponeses no processo de produção especificamente: aplicação de pesticidas, planificação e gestão de época agrícola entre outros aspectos ligados a

produção e também serve como elo de ligação entre os agentes externos com os agricultores. Para além das parcerias que são estabelecidas localmente através da Casa Agrária das Mahotas e Gabinete das Zonas verdes da Cidade de Maputo estas associações estabelecem parcerias com ONG, s como ESSOR, Kulima, GAPI, Soluções Agrárias e com instituições de ensino como IIAM, UEM e outros. O projecto ESSOR e Kulima intervêm principalmente na área de alfabetização, divulgação das regras gerais do associativismo aos associados e na formação dos membros directivos em matéria de liderança e assistência técnica. O IIAM e a UEM dedicam-se a assistência técnica dos camponeses no processo de produção e na implementação de controlo biológico de pragas e transferências de tecnologias, a empresa Soluções Agrárias fornece insumos agrícolas desde a semente até os pesticidas e por sua vez a GAPI auxilia os camponeses através capacitação em matéria de gestão financeira e concessão de micro-crédito para o desenvolvimento das actividades agrícolas.

Apesar dos esforços levados ao cabo pelos actores sociais verifica-se ainda a fraca capacidade técnica, deficiência na gestão de crédito agrícola e baixo conhecimento sobre matéria do associativismo agrícola nas duas associações em estudo, revelando assim que estas formações não foram abrangentes. Estas formações significam um impulso para a compreensão da dinâmica associativa e implementação de técnicas agrícolas adequadas como gestão das actividades agrícolas desenvolvidas. A estes actores sociais, falta uma postura pró-activa que lhe permitam transmitir estes conhecimentos para os restantes membros.

4.3.3. Desempenho económico das associações agrícolas Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás Sankara

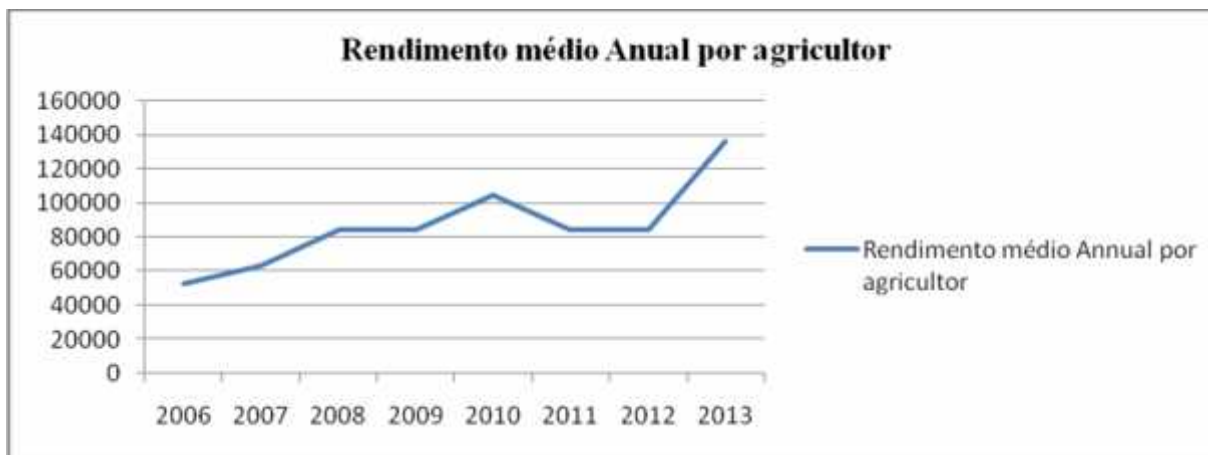
As associações agrícolas são de forma propositada e directa chamadas a interessarem-se pelos problemas da comunidade que se inserem. Deste modo ALENCAR (1997), aponta os seguintes aspectos como campos de actuação de uma associação: 1) um crescente contingente de produtores, os quais são socialmente heterogéneos; 2) o processamento e comercialização dos seus produtos, a comercialização dos insumos que usam no processo produtivo, a prestação de serviços de assistência técnica, aluguer de máquinas, acesso ao crédito; 3) o objectivo de representação dos interesses dos seus associados, tido como central pelo menos nos estatutos; 4) a operação em um mercado complexo, com elevada concentração de capital sob a influência de um processo de globalização económica; e 5) a inserção em uma sociedade onde a dinâmica de sua economia deslocou-se do sector rural para o sector urbano-industrial.

Partindo destes pressupostos de Alencar pode se perceber que avaliar o desempenho económico das associações agrícolas bem como de outras actividades no desenvolvimento local é sempre uma questão difícil, e este processo torna-se ainda complexo quando se trata de uma sociedade, onde existem inúmeras dificuldades de registar os indicadores, tanto os de produção, da comercialização bem como os de bem-estar dos cidadãos.

O associativismo agrícola praticado pelas estas duas associações está de acordo com o citado por ALENCAR (1997), pois estas duas associações ajudam os seus membros em matéria de gestão agrícola, técnicas de produção através da machamba escola, aquisição de insumos agrícolas através de parceria estabelecidos com algumas organizações como a Casa Agrária e soluções Agrárias, prestação de serviços aos membros assim como a comunidade local e os produtos agrícolas provenientes destas actividades são comercializados na machamba a um preço acessível, nos mercados grossistas de xikelene e zimpeto.

Neste ponto de vista as associações agrícolas desempenham um papel crucial de extrema importância principalmente para as famílias que dependem apenas da agricultura para o seu sustento. A nível das duas associações a produção dos camponeses não só permite o auto-sustento das famílias mas também serve como fonte de rendimento para outras finalidades vide os gráficos abaixo.

4.3.3.1. Gráfico 2: evolução do rendimento médio dos agricultores da associação agrícola Massacre de buzine



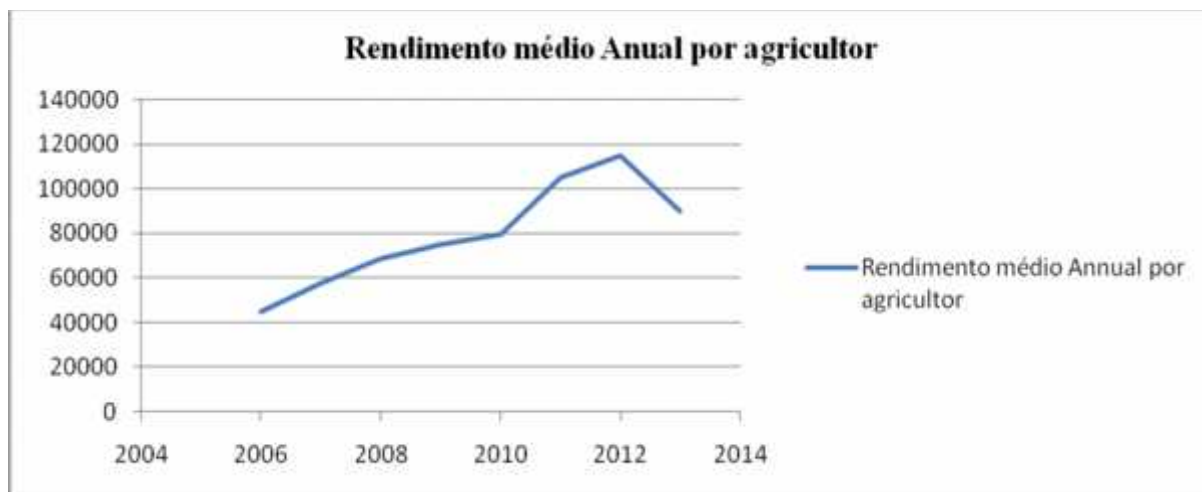
Fonte: Dados da pesquisa

Como ilustra o gráfico acima, o rendimento médio anual dos agricultores da associação agrícola Massacre de Mbuzine teve uma tendência crescente no período em estudo, e o menor rendimento médio anual verificou-se no primeiro ano do estudo e máximo no último ano e os valores foram 52.500,00 meticais e 136.500,00 meticais respectivamente. O coeficiente de *Pearson* foi de 0.81 mostrando claramente que há uma forte positiva entre o tempo e os rendimentos dos agricultores e a taxa de crescimento geométrico do rendimento médio anual foi 12,68%. Este aumento positivo justifica-se pelo facto de associação permitir que os membros adquiram insumos agrícolas e beneficiem de cursos de capacitação em matérias de produção agrícolas promovidos por esta através dos seus parceiros vide apêndice 3.

Determinado o teste de *t student*, a um nível de significância de 5%, o valor de p-valor foi de 0,013 <0,05 e o t calculado foi 3,44> 1,94 que o tabelado, com estes resultados rejeita-se a hipótese nula de que a associação agrícola Massacre de Mbuzine não influi significativamente no desenvolvimento da economia familiar nem no desenvolvimento local apenas os membros se organizam para se beneficiam de apoios de Governo e outros actores sociais e aceitou a hipótese alternativa que diz o associativismo agrícola tem um contributo muito significativo no que tange ao desenvolvimento da economia familiar assim como de desenvolvimento local, vide apêndice 6.

Importa dizer que os membros da associação agrícola de Mbuzine de forma unânimes afirmaram que dos ganhos provenientes da produção agrícola conseguem suprir as necessidades básicas e educar os seus filhos sendo que em média cada produtor tem um agregado de 7 membros dos quais 3 frequentam um estabelecimento de ensino.

4.3.3.2. Gráfico 3: evolução do rendimento médio dos agricultores da associação de camponeses Tomás Sankara



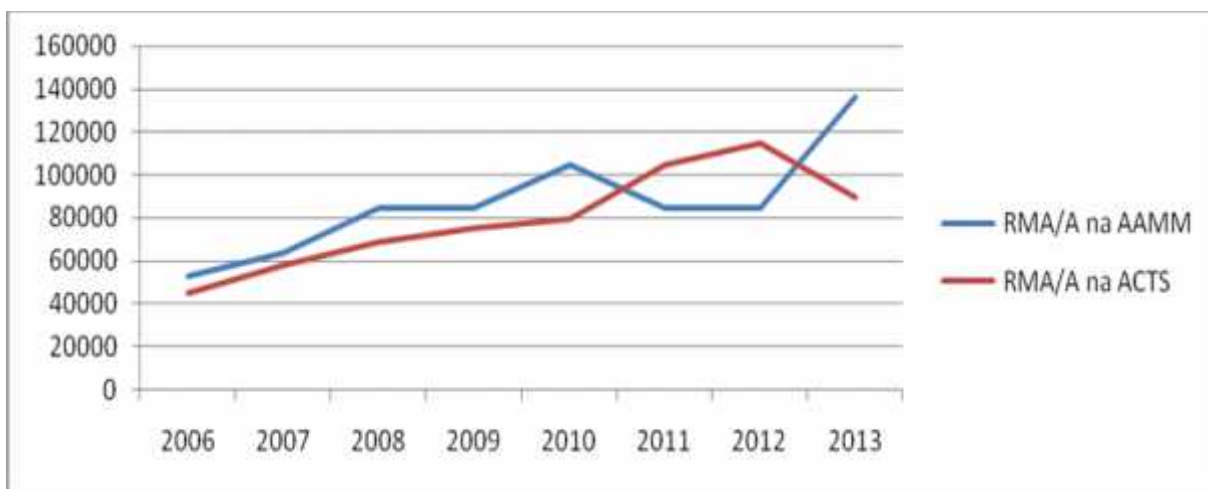
Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra o gráfico o rendimento médio dos agricultores da associação dos camponeses Tomás Sankara teve uma tendência crescente em todo período mas no último ano de estudo o rendimento médio decresceu comparado com o ano anterior devido o processo de mudança de actividades, pois alguns agricultores afirmaram que procuram outros sítios para a prática de agricultura já que área que pertence a associação encontra-se numa situação não esclarecida. Em termos de valores a associação registou o rendimento médio mínimo anual no ano de 2006 e máximo no ano de 2012 e os respectivos valores são 45.000,00 meticais e 115.000,00 meticais. O coeficiente de *Pearson* foi de 0.89 que explica que houve uma relação directa positiva entre o rendimento médio e o tempo nesta associação, a taxa de crescimento geométrico foi de 9,05% o que mostra neste período o rendimento teve um crescimento muito bom. O comportamento de rendimento mostra claramente que existe mais-valia em agricultores trabalhar de forma associativa pois apoio em insumos agrícolas assim como em capacitação técnica tem um reflexo positivo nos seus benefícios vide apêndice 4. Estes agricultores mostraram-se satisfeitos em trabalhar em associação apesar das inúmeras dificuldades que existem eles conseguem suprir com as suas necessidades básicas e educar os seus filhos.

O teste de *t student* mostrou que na associação de camponeses Tomás Sankara a nível de significância de 5% rejeita-se a hipótese nula de que esta não influi significativamente no desenvolvimento da economia familiar nem no desenvolvimento local apenas estas

organizações se beneficiam de apoios de Governo e outros actores sociais e aceitou-se a hipótese alternativa que reconhece que esta associação tem um contributo muito significativo no que tange ao desenvolvimento da economia familiar assim como de desenvolvimento local, o valor de p-valor foi de 0,003 menor que 0,05 dotado e o t calculado foi de 4,84 maior que 1,94 do t tabelado vide apêndice 7.

4.3.3.3. Gráfico 4: relação entre RMA/Ano da AAMM e ACTS



Fonte: Adaptado pelo autor

O gráfico acima descrito mostra que o rendimento médio por agricultor da associação agrícola de Massacre de Mbuzine leva uma ligeira vantagem em relação a associação de camponeses Tomas Sankara sendo no primeiro ano de estudo a diferença foi de 7.500,00 meticais e no último ano foi de 46.500,00 meticais, porem nos anos de 2011 e 2012 a associação Tomas Sankara teve um rendimento médio por agricultores acima da outra associação. Em termos de crescimento geométrico do rendimento média associação agrícola Massacre de Mbuzine cresceu 12,68% superando os 9,05% atingidos pela associação de camponeses Tomas Sankara, isto mostra que os pequenos grupos são relativamente dinâmicos e eficazes em relação aos grandes grupos. O baixo rendimento médio anual que se registou nos anos de 2011 e 2012 na associação Massacre de Mbuzine foi condicionado por factores climáticos (cheias e secas) e alta incidência de pragas, já o baixo rendimento médio anual da associação Tomas Sankara baixou no último em estudo devido a factores humanos (políticas de mudanças de actividades, concessão de direitos de propriedades para habitação na área pertencente a associação entre outros) vide apêndice 5.

De forma sucinta apesar de associação de camponeses Tomás Sankara ter superado associação agrícola Massacre de Mbuzine no período de 2011 e 2012 é importante dizer que esta é menos dinâmico e eficiente influenciada pelo baixo índice de escolaridade dos seus membros, pois estes apresentam uma resistência no que tange adopção de novas tecnologias estando deste modo não de acordo com o dito por MUTHEMBA (1998), ao afirmar que nenhum grau de escolaridade dos associados, reflecte-se negativamente no domínio da planificação das actividades agrícolas, da acumulação e até certo ponto na resistência á aceitação de técnicas modernas de produção, afectando negativamente para o funcionamento normal destas organizações.

Apesar de este sector ser considerado como estratégico para o desenvolvimento local os entrevistados das duas associações apontam os seguintes problemas como a causa do seu baixo desempenho: a falta de transporte e as melhores condições de transitabilidade para o escoamento de produtos agrícolas, a falta de apoio financeiro por parte de governo para a instalação de sistema de rega e drenagem, altos custos de pesticidas, fornecimento de sementes de baixa qualidade por parte da Casa Agrária.

5. Conclusões e Recomendações

5.1. Conclusões

Após a efectivação da presente pesquisa da Avaliação do desempenho do associativismo agrícola no processo de desenvolvimento da economia local no Distrito Municipal Kamavota tendo como foco a associação agrícola Massacre de Mbuzine e a associação de camponeses Tomas Sankara, foi possível chegar a algumas considerações finais:

No que toca a gestão agrícola importa dizer que associações agrícolas do distrito Municipal Kamavota usam mais o método químico para o controlo de pragas e doenças sendo que apenas 5% das áreas cultivadas são controladas por restantes métodos, este fenómeno justifica pelo facto de os produtores estarem mais preocupados em produzir as culturas que lhe ofereçam maior rendimento. O outro factor que concorre para este fraco controlo é baixo conhecimento técnico dos agricultores e a insuficiência de lojas de venda de insumos agrícolas. Dizer ainda que apesar dos esforços levados a cabo para o controlo de pragas e doenças, os produtores locais afirmaram que perde aproximadamente 50% da produção prevista estando acima da perda mundial referenciado por MELCOLM (1993).

O governo local serve de espinha dorsal para o funcionamento adequado das associações agrícolas no Distrito Municipal Kamavota pois a Casa agrária auxilia as associações agrícolas na aquisição do DUAT, oferece o apoio técnico em matéria de extensão agrícola a todas as associações agrícolas, apoia-as em insumos agrícolas (sementes e pesticidas), e meios básicos como tractores, enxadas, catanas, machado entre outros, serve de elo de ligação entre as associações agrícolas e organizações não governamentais, e apresenta poucos esforços no que tange a implantação de infra-estruturas básicas para o escoamento de produtos, processamento e comercialização.

Os membros das associações agrícolas em estudo participam de forma activa em todas as etapas de execução das actividades das suas organizações sem distinção do género e o aspecto democrático faz-se valer pelo direito a um voto a cada membro na assembleia-geral. Quanto a sustentabilidade as associações agrícolas do distrito Municipal Kamavota sobrevivem através de quotas, jórias e doações externas sendo que no caso da associação de agricultores Massacre de Mbuzine sustenta-se através de valor proveniente de quota anual de 500,00 meticais por agricultor, já para o caso de associação de camponeses Tomás Sankara o sustento prove de

quota anual de 120,00 meticais por agricultor, da renda da machamba escola. Para o desenvolvimento do associativismo agrícola no distrito Municipal Kamavota as associações agrícolas contam com parcerias do governo local representado pela Casa Agrária da Mahotas, Gabinete das Zonas verdes e organizações não governamentais como UEM, ESSOR, Kulima, IIAM, GAPI. No que toca ao desempenho económico importa dizer que a associação agrícola Massacre de Mbuzine mostrou-se mais produtivo em relação a associação de camponeses Tomás pois no primeiro ano teve uma renda média anual de 52.500,00 meticais com um crescimento geométrico de 12,68% o que repercutiu na renda anual de 136.500,00 meticais no ano de estudo, por sua vez a outra associação teve um rendimento médio anual de 45.000,00 meticais no ano de 2006 e 115.000,00 meticais no ano de 2012 com crescimento geométrico de 9,05% da renda. Neste período em estudo a evolução do tempo teve maior impacto na associação de camponeses Tomás Sankara pois coeficiente de correlação de *Pearson* foi de 0,89 superando da outra associação que foi de 0,81, o teste *t Student* mostrou que a um nível de significância de 5%, o associativismo agrícola tem um impacto muito positivo na renda dos agricultores, assim como para o desenvolvimento da economia local.

Apesar dos diversos factores que constroem o associativismo agrícola no distrito Municipal Kamavota os agricultores foram unânimes em afirmarem que o rendimento proveniente das actividades agrícolas consegue suprir as necessidades básicas dos seus agregados familiares e constitui mais-valia pois alguns até chegam adquirir meios de transporte.

5.2. Recomendações

Apesar dos esforços levados ao cabo pelos agricultores, governo local e os agentes externos este sector mostra algumas lacunas que precisam ser eliminadas de modo a transformar o associativismo agrícola numa potencial estratégia para o combate da pobreza nas zonas suburbanas e em particular no distrito Municipal Kamavota

5.2.1. As associações agrícolas recomendam-se os seguintes pontos:

- ✓ Os membros das associações agrícolas a participarem de forma activa em todas as actividades da associação e discutir sempre os objectivos que lhes unem como associação;
- ✓ Seguir com afinco as recomendações dos técnicos;
- ✓ No caso de uso de pesticidas seguir as recomendações do rótulo do pesticida e não usar produtos de origem duvidosa e/ou fora do prazo;

- ✓ Fortalecer o espírito de associativismo que afinal de contas é um veículo importante para uma produção economicamente viável, socialmente aceite e ambientalmente correcta.

5.2.2. Ao governo local do distrito Municipal Kamavota e organizações não governamentais recomenda-se o seguinte:

- ✓ Sugere-se ao governo um melhor acompanhamento da actividade agrícola no Distrito Municipal Kamavota, que pode ser conseguido aumentando o número de extensionistas, capacitando-os regularmente e provendo-os de mais recursos e meios de trabalho;
- ✓ Formar e capacitar os membros das associações agrícolas em matéria de associativismo;
- ✓ Sensibilizar e capacitar os agricultores sobre como alternarem o uso frequente de pesticidas com controlo cultural, biológico e variedades resistentes;
- ✓ O governo deve igualmente apostar no investimento de infra-estruturas básicas como vias de acesso, sistemas de rega e drenagem, mercados de insumos agrícolas e comercialização de produtos agrícolas, centros de serviços de saúde, armazéns de hortícolas;

5.2.3. Para as instituições de ensino sugere-se o seguinte:

- ✓ As investigações futuras deverão abordar o modelo de associativismo agrícola no processo do desenvolvimento da economia local no distrito Kamavota de forma abrangente e em outras zonas peri-urbanas do país visto que a organização da actividade económica tem demonstrado que modelo do associativismo é aquele que melhor serve os interesses da agricultura nacional e dos agricultores moçambicanos.

6. Referências bibliográficas

ALENCAR, E. (1995). *Formas de intervenção e associações comunitárias*. Brasil, pp.98.

ALENCAR, E. (1997). *Associativismo rural e participação*. Lavras: UFLA/FAEPE. Brasil, pp.7,47.

BONOTTO, Ricardo e TRALDI, Daiane R. C.(2009). *Apostila para capacitação de Gestores Municipais, Micro e Pequenos Empresários do sector Agro-industrial e de serviços Técnico para a Industria Agro-alimentar*. Brasil, pp.6, 8-9.

BORDENAVE, Juan. (1977). *Communication and Rural Development*. Paris; UNESCO, pp.145.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (2006). *O conceito histórico de desenvolvimento económico*. São Paulo; pp.1.

BROSE, Markus. (1999). *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas: nove anos de experiência do Projecto Prorenda agricultura família*. Rio Grande do Sul, pp.245.

BRYMAN, Alan.(1989). *Research Methods and Organization Studies*. Great Britain: Routledge, pp.104.

BUARQUE, Sérgio C. (1998). *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e Municipal sustentável*. Brasília, pp.9-10.

BURGO, M. N. (2005). *Caracterização espacial de riscos na agricultura e implicações para o desenvolvimento de instrumentos para o seu gerenciamento*. Piracicaba, pp.103.

CAMPOS, António dos Santos. (1999). *Associações Agrícolas - Um Guia Pratico*. 23 Ed. DGDR. Lisboa, pp.42,57.

CANTERLE, Nilsa Maria G. (____). *O associativismo e sua relação com o desenvolvimento*. Pp.5

DENT.D. (2000). *Insect Pest Management*. 2nd Edition. CABI Bioscience and CABI Publishing. London, pp.180-234.

FERRINHO, Homero.(1997). *Associativismo e Cooperativismo*. Conferencia Nacional das Associações de Camponeses e cooperativas agrícolas de Moçambique. Maputo, pp.11,28.

FOLIGE, José Ernesto. (2004). *Associativismo Agrícola no Chókwé: O caso da Associação de regantes do Distribuidor Onze (ARENDOZE)*. Em Massavasse. Tese de Licenciatura. UEM, Maputo, pp.31,64.

FONSECA, Z. L. (1998). *Formas de intervenção institucional; percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias*. Viçosa, pp.7,143.

FRANTZ, Walter. (2002). *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*.. Brazil, pp.33.

FRANTZ, Walter. (2012). *Associativismo, cooperativismo e economia solidário*. Ed Unijuí. Brazil, pp.9,25.

GESPAR. (2005). *Gestão Participativa para o Desenvolvimento local*.

Holdcroft, Lane.(1978). *The Rise and fall of Community Development in Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography*. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan: Michigan State University, pp.10.

IDESAM. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.(2010). *Cartilha de Associativismo e Cooperativismo*. Brasil, pp.2-7.

IDESAM. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.(2012). *Cartilha de Associativismo e Cooperativismo*. Brasil, pp.30.

JARA, Carlos Júlio. (1998). *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção*. Brasília; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco Seplan, pp.72-73.

JORGE, Jorge Carlos. (2012). *Papel da Associação Regantes De Mafuiane no Desenvolvimento Comunitário*. Dissertação apresentada para obtenção do grau académico de Licenciatura em Antropologia no Departamento de Arqueologia e Antropologia pela UEM. Maputo, pp.4.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.(1999). *Sociologia Geral*. 7 Ed. Atlas São Paulo, pp.8

MELCOLM, J. (1993). *The farmers need agrochemical*. In Jones. Agriculture and environment. London, pp.3-9.

MELO, Alberto (1998). *Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. A REDE*, pp.5.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. (2002). *Emprego de Indicadores sócio económico na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade de São Paulo, pp.4.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA. (2013). *Plano Nacional de Investimento do sector Agrário*. Maputo, pp.45.

MIRANDA, D. (1998). *Associativismo rural, agro-indústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares*. Lavras, pp.56,182.

MUENCHEN, J. V. (1996). *O planeamento e o controle da produção em associações de pequenos agricultores*. Piracicaba, pp.1.

MUTHEMBA, M.J. (1988). *Cooperativas agrícolas em Moçambique pois independência: Caso da cooperativa 25 de Setembro em Boane*. UEM. Maputo, pp.70.

PDEA. (2007). *Plano director de Extensão Agrária*. Maputo, Moçambique. Maputo, pp.32-33.

PEREIRA, Tânia Karina. (2007). *O papel das associações agrícolas na promoção do desenvolvimento local em Moçambique, (2001-2007)*. Projecto de pesquisa de Licenciatura em sociologia. Maputo, pp.6,7.

RELATORIO ANUAL DE POBREZA. (2005). Maputo, pp.23

Sampaio, Joaquim.(1999). *O Seguro Agrícola em Portugal*, Apresentação efectuada no Seminário Internacional, "Los Sistemas de Protección de Riesgos en la Agricultura del Siglo XXI", Madrid, pp.17.

SAMPAIO, J., RODRIGUES, M. e MALTA, Cristina.(1999). *Os Sistemas de Protecção de Riscos na Agricultura do Século XXI*, Relatório de Participação no Seminário Internacional "Los Sistemas de Protección de Riesgos en la Agricultura del Signo XXI", Madrid, pp.8.

SEGEREN, P. (1996). *Os princípios básicos de protecção de plantas*, DSV, MAP, Maputo, pp.223-258.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2001). *Cidadania sem fronteiras: acções colectivas na era da globalização*. São Paulo, pp.42.

SELPUCRI, Odílio. (2014). *Gestão de Riscos na Agricultura*. Paraná – Brasil, pp.1.

SILVA, Teresinha. (1995). *Visão de Parceria na Base: Contribuição para um Debate*. In: Alexandrino José e Ana Piedade Monteiro. ONG's: faces e contrafaces na identidade civil moçambicana. Maputo, pp.43.

SOUZA, M. L. O. (1995). *Participação em associação de pequenos produtores: dilemas da administração colectiva*. Lavras, pp.27-120.

SPERRY, Suzana. (1999). *Organizações dos produtos*. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologias. São Paulo, pp. 37.

VALÁ, Salim Crípton. (1996). *Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural*. In: Domingo, nº833. Maputo, pp.135.

VALÁ, Salim.(2002b). *Associativismo agrícola e desenvolvimento Local no Chókwé 1975-2000*. Maputo, pp.1-26.

VALÁ, Salim Crípton. (2006). *Desenvolvimento Agrário e papel de extensão Rural no Chókwé (1950-2000): conflitos de interesses entre o Estado e os Agricultores?* Maputo, pp.21-135

República de Moçambique. Boletim da Republica. Decreto -Lei nº 2/2006 de 3 de Maio de 2006

_____. Constituição da Republica. Maputo. 2004

7. Apêndices

Apêndice1: Tabela de uso de métodos de controlo de pragas e doenças e nível de incidência

Nome da associação	Número total de Inqueridos	Adopção do método químico (%)	Adopção de outros métodos (%)	Nível de incidência de pragas e doenças (%)
AAMM	15	95	5	50
ACTS	40	85	15	60

Apêndice 2: participação económica das AAMM e ACTS

Ano	PA da AAMM	PA da ACTM
2006	500.00	162.75
2007	500.00	166.13
2008	500.00	160.50
2009	500.00	171.75
2010	500.00	159.40
2011	500.00	181.00
2012	500.00	178.50
2013	500.00	162.75

Apêndice 3: Rendimento médio anual da Associação Massacre de Mbuzine

Ano	Rendimento médio Anual por agricultor (meticais)
2006	52.500,00
2007	63.000,00
2008	84.000,00
2009	84.000,00
2010	105.000,00
2011	84.000,00
2012	84.000,00
2013	136.500,00

Apêndice 4: A Rendimento médio anual da Associação de camponeses TomásSankara

Ano	Rendimento médio Anual por agricultor
2006	45.000,00
2007	58.000,00
2008	68.750,00
2009	75.000,00
2010	80.000,00
2011	105.000,00
2012	115.000,00
2013	90.000,00

Apêndice 5: Relação entre o rendimento médio anual da AAMM e ACTS (meticais)

Ano	RMA/A na AAMM	RMA/A na ACTS
2006	52.500,00	45.000,00
2007	63.000,00	58.000,00
2008	84.000,00	68.750,00
2009	84.000,00	75.000,00
2010	105.000,00	80.000,00
2011	84.000,00	105.000,00
2012	84.000,00	115.000,00
2013	136.500,00	90.000,00

Apêndice 6: Tabela estatística para a determinação do teste *t student* e coeficiente de *pearson* da Associação agrícola Massacre de Mbuzine

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0.81438585
Quadrado de R	0.66322432
Quadrado de R ajustado	0.60709504
Erro-padrão	16025.37051
Observações	8

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	1	3.03E+09	3.03E+09	11.8160	0.013844
Residual	6	1.54E+09	2.57E+08		
Total	7	4.58E+09			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>	<i>95% inferior</i>	<i>95% sup</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interceptar	-16994125	4969031	-3.42001	0.01414	-2.9E+07	483534	2.9E+0	483534
Variável X 1	8500	2472.76	3.43744	0.01384	2449.354	14550.	2449.4	14551

Apêndice7: Tabela estatística para a determinação do teste *t student* e coeficiente de *pearson* da Associação de camponeses Tomás Sankara

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0.89222
Quadrado de R	0.796057
Quadrado de R ajustado	0.762067
Erro-padrão	11378.83
Observações	8

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	1	3.03E+09	3.03E+09	23.42004	0.002882
Residual	6	7.77E+08	1.29E+08		
Total	7	3.81E+09			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>	<i>95% inferior</i>	<i>95% superior</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interceptar	-1.7E+07	3528266	-4.81686	0.0029	-2.6E+07	8361820	2.6E+07	8361819.9
Variável X 1	8497.024	1755.79	4.83942	0.0028	4200.756	12793.2	4200.7	12793.291

Apêndice 8: Questionário

Perfil do Entrevistado

Homem

Mulher

Idade

Ocupação actual

Estado civil

Tópico de Entrevistas para membros das associações agrícolas em estudo

Grupo 1

1. Ano da fundação e número de membros e sua evolução temporal
2. Benefício de ser membros da associação
3. Actividades desenvolvidas pelos membros e culturas produzidas

Grupo 2

1. Métodos usados a prevenção de riscos agrícolas no seio das associações agrícolas
2. Nível de controlo das perdas durante o processo produtivo e após colheita
3. Dificuldades existentes no controlo de riscos agrícolas

Grupo 3

1. Acções do governo no apoio ao associativismo agrícola
2. Nível de cobertura das necessidades dos agricultores por parte de governo local
3. O que vocês gostariam que o governo fizesse para alavancar o desenvolvimento normal das vossas actividades

Grupo 4

1. Qual é o rendimento médio anual
2. Local de venda de produtos
3. Finalidade do dinheiro ganho na venda dos produtos agrícolas
4. Mudanças ocorridas na vida dos membros da associação
5. Nível do suprimento das necessidades básicas com o rendimento proveniente da produção agrícola

Tópico de Entrevistas para comunidade ao redor das associações agrícolas em estudo

1. Avaliação que a Comunidade faz em relação ao associativismo agrícolas
2. Que benefícios a associação trazem para a comunidade
3. Qual é nível dos preços dos produtos produzidos e vendidos pela associação na comunidade

Tópico de Entrevistas ao Governo local

1. Estratégias e Acções desencadeadas pelo governo no apoio ao associativismo agrícola visto que é uma das estratégias do governo no fortalecimento de sector agrícola
2. Estratégias e acções de governo na prevenção de riscos agrícolas no distrito Municipal Kamavota
3. Avaliação da Casa Agrária em relação ao associativismo agrícola nas Mahotas

Anexo

Mapa do distrito Municipal Kamavota (Divisão Administrativa)